ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
Relatório Anual de Atividades

2011

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO CEARÁ

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Avenida General Afonso Albuquerque Lima s/n
Cambeba - Fortaleza/Ceará - Cep.: 60822-325
Telefone: 3207.7000
www.tjce.jus.br

Administração
Gestão 2011-2013

Presidência
Des. José Arísio Lopes da Costa

Vice-Presidência
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido

Corregedoria Geral da Justiça
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar

Assessoria Especial da Presidência
Juliana Cardoso Lima Borges

Consultoria Jurídica
Chrystianne dos Santos Sobral

Secretaria Especial de Planejamento e Gestão
Ana Katarina Fonteles Soares

Secretaria Geral
Pedro Henrique Gênova de Castro

Secretaria de Administração
Jordete de Oliveira Franco Gomes

Secretaria de Finanças
Newton Rodrigues Sousa

Secretaria de Gestão de Pessoas
Adriana Islaia Carneiro Leal

Secretaria Judiciária
Francisca Cleidinir Rego M. Martins

Secretaria de Tecnologia da Informação
Dilthey Pontes Forte

Auditoria Administrativa de Controle Interno
Maria José de Oliveira Fernandes

Assessoria de Cerimonial
Alessandra Bezerra Aragão

Assessoria de Comunicação
Dalva Regina Luna Queiroz

Assistência Militar
Augusto Nirlando Monteiro Vieira

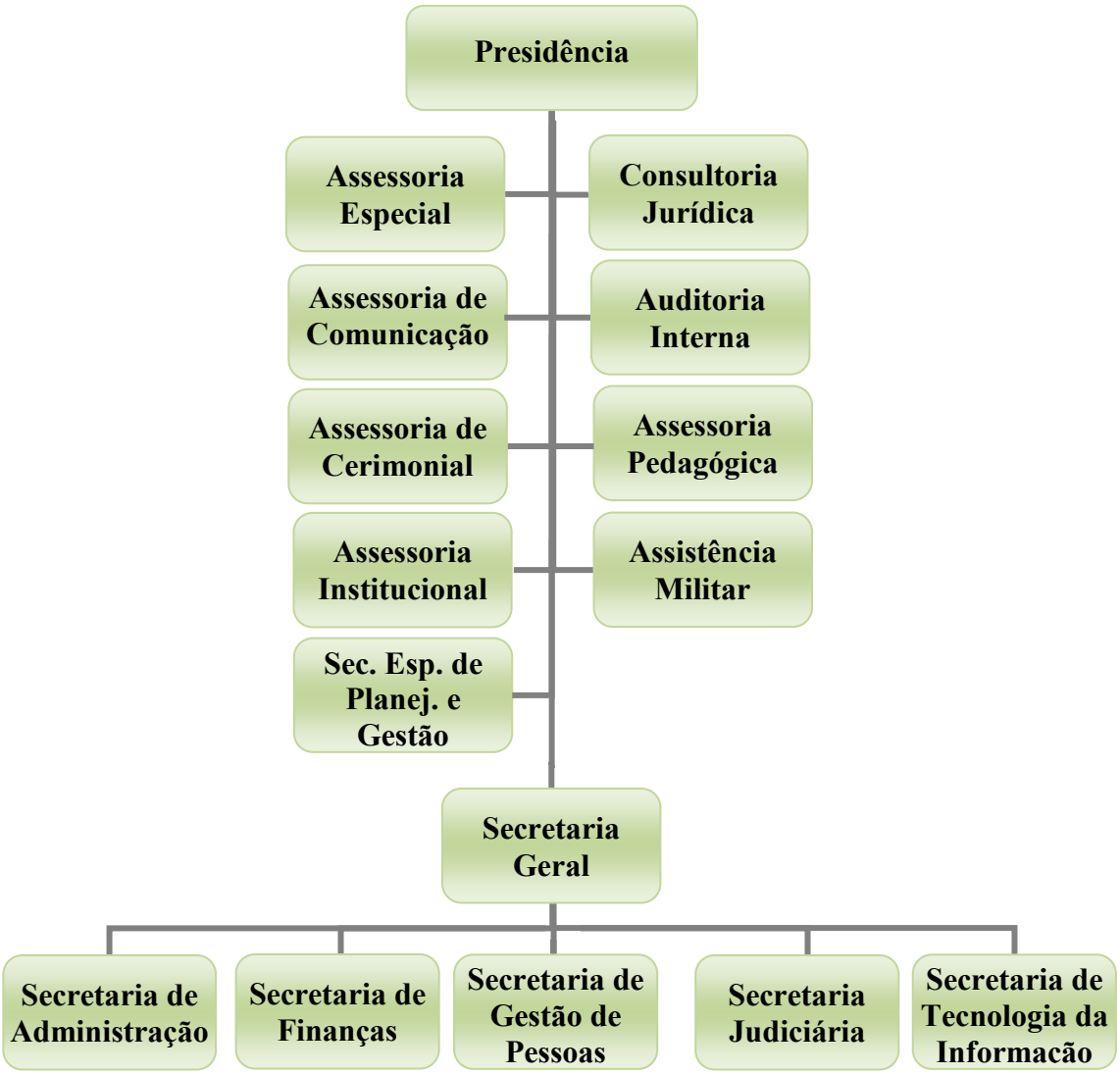
Assessoria Institucional
Lúcia Carvalho Cidrão

Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua
Juiz José Krentel Ferreira Filho

Juiz Auxiliar da Presidência
Francisco Eduardo Fontenele Batista

Juiz Auxiliar da Presidência
José Ricardo Vidal Patrocínio

Organograma do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (simplificado)



APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por desígnio positivar as principais realizações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) no decorrer do exercício de 2011.

No primeiro ano da atual gestão, sob a Presidência do Des. José Arísio Lopes da Costa, foram priorizadas ações que contribuíssem para a modernização e o descongestionamento do Judiciário cearense, bem assim para a participação, valorização e aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

No escopo da prestação jurisdicional, restou criado no âmbito desta egrégia Corte de Justiça o Órgão Especial, com a finalidade precípua de conferir celeridade ao exercício de certas atribuições e competências até então reservadas ao Tribunal Pleno.

Diversas ações foram empreendidas com o objetivo de reduzir os acervos processuais e cumprir as metas estipuladas e monitoradas pelo CNJ, cujos resultados refletem uma melhoria significativa no desempenho do Judiciário cearense no ano de 2011:

- Baixa definitiva de aproximadamente 700 (setecentos) processos do 1º Grau e 5.000 (cinco mil) processos do 2º Grau, através da atualização e correção das respectivas movimentações nos sistemas processuais;

- Distribuição e redistribuição de 53.238 processos no 2º Grau, em decorrência, sobretudo, da implantação do Órgão Especial e das 7ª e 8ª Câmaras Cíveis Isoladas;

- Cumprimento da metas 1, 2 e 4 de 2011 do CNJ, que tratam, respectivamente, da criação de uma unidade de gerenciamento de projetos; da implantação de sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária do 1º Grau; e da implantação de programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário;

- Consecução das metas 4 e 7 de 2010 do CNJ, com a publicação dos acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento e a publicação mensal das produtividades dos magistrados no Portal do Tribunal;

- Ampliação nos percentuais de cumprimento das metas 2 de 2009, 2 e 3 de 2010, e 3 de 2011, todas do CNJ, as quais, em suma, referem-se ao quantitativo de julgamentos e redução dos acervos processuais.

Outra iniciativa importante – a ampliação na Capital e a extensão a comarcas do interior da atuação do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos – proporcionou números bastante significativos, como o julgamento de 3.325 ações judiciais, a confecção de 42.196 expedientes e a realização de 2.229 cálculos de pena nas Varas de Execuções Penais.

Destaque-se, de igual forma, o incentivo à conciliação, com a criação do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e a execução de diversos mutirões ao longo do ano, que culminaram não apenas na resolução de litígios de forma mais célere, mas também na construção e divulgação de uma cultura de conciliação perante a sociedade.

No campo da inovação, desburocratização, e modernização do Poder Judiciário alencarino, são dignas de realce as seguintes iniciativas:

- Criação e instalação dos Núcleos Fixos e Móveis de Digitalização de Processos no Tribunal de Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua, medida que assegurou maior autonomia ao Tribunal e imprimiu maior segurança e redução de custos na execução das atividades de digitalização do acervo de processos em tramitação e das petições iniciais e intermediárias ingressadas no protocolo;

- Aquisição de arquivos deslizantes, que permitiu o armazenamento de 55.000 caixas do tipo box e o retorno de todo o acervo de arquivo do Tribunal de Justiça, que se encontrava em guarda externa;

- Aquisição de modernos notebooks para o Pleno do Tribunal de Justiça e para as Câmaras Isoladas e Reunidas;

- Implantação do Peticionamento Eletrônico através do Portal e-SAJ, o qual dispensa o protocolo tradicional e a digitalização de peças, além de promover a celeridade na tramitação processual e a ampliação do atendimento aos operadores do direito.

Restaram, ademais, reformulados os Grupos de Trabalho que integram o Projeto de Virtualização, objetivando o aperfeiçoamento e a celeridade da implantação do processo eletrônico, de acordo com as Portarias 1767/11 e 1768/11. Após a reestruturação, a execução do Projeto tornou-se mais eficiente, e a ferramenta vem sendo implantada progressivamente nas varas do Fórum Clóvis Beviláqua, de modo que, até a presente data, 57 unidades já estão virtualizadas. No respeitante, de se ressaltar, outrossim, que no âmbito da Justiça de 2º Grau, todos os processos ou recursos originários protocolados já tramitam de forma digital.

A responsabilidade socioambiental também se fez presente nas diretrizes da atual gestão, com a implantação do programa de eficiência de energia, patrocinado pela Companhia Energética do Ceará (Coelce), e a instalação da Comissão Socioambiental, a qual assumiu o mister de planejar, implementar, coordenar e divulgar ações relacionadas ao contexto socioambiental, no âmbito do Judiciário cearense.

De mais a mais, a retomada do pagamento dos precatórios foi procedida, por meio da ampliação e reestruturação do Serviço de Precatórios; disciplinamento do repasse de valores e requisições de pequeno valor; abertura de novas Contas Especiais para recebimento de depósitos dos devedores; e a criação do Comitê Gestor das Contas Especiais. As providências adotadas permitiram o reinicio do pagamento dos débitos, observando-se as prioridades constitucionais.

Importantes convênios foram firmados pelo Tribunal de Justiça ao longo do exercício de que ora se cuida, num total de 61, objetivando, todos eles, cooperação técnica e mútua colaboração em prol de interesses institucionais comuns. Merece relevo o convênio celebrado com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para cessão, sem ônus, do sistema informatizado de gestão de precatórios daquela Corte, que permitirá não só o gerenciamento claro e objetivo da lista cronológica de precatórios, como a atualização automática dos valores referentes aos débitos em processamento.

Não se podem olvidar, finalmente, importantes conquistas alcançadas ao longo de 2011, como:

- Remoção de 70 Juízes e promoção, pelos critérios de merecimento e antiguidade, de 102 magistrados para comarcas da Capital e do Interior, como

parte do Projeto de Reestruturação e Modernização do Poder Judiciário estadual;

- Criação e instalação oficial, em 21 de setembro de 2011, da Editora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- Conclusão das obras de construção de novos fóruns nas comarcas de Aquiraz, Limoeiro do Norte, Mombaça e Tauá e ampliação do fórum de Amontada;
- Mudança de 100 secretarias de varas do Fórum Clóvis Beviláqua para os seus locais definitivos, marco importante em uma obra de mais de 60.000m² de área coberta, que está sendo conduzida sem interrupção das atividades jurisdicionais;
- Finalização do 3º pavimento do edifício-sede do Tribunal de Justiça;
- Redução de despesas relativas ao consumo de água, energia, telefone e utilização de serviço de correios, com ênfase para a economia obtida nas contas de telefonia, cujo monitoramento mensal proporcionou diminuição significativa dos gastos;
- Nomeação de 185 (cento e oitenta e cinco) candidatos com lotação no Tribunal de Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua e em Comarcas do interior do Estado;
- Elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2012, a partir e deliberações da Comissão Participativa do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE;
- Abertura de concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto;
- Pagamento de 05 (cinco) parcelas da PAE;
- Implantação das Gratificações de Interiorização (GEI) e de Alcance de Metas (GAM - Unidades), previstas, ambas, no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), as quais beneficiaram, respectivamente, 418 e 3.415 servidores deste Poder.

As ações até aqui delineadas são apenas alguns exemplos de importantes iniciativas empreendias durante o exercício de 2011. Uma visão mais completa e detalhada das atividades desempenhadas por cada uma das unidades que compõem esta Instituição somente poderá ser extraída da análise completa do vertente relato.

Oportuno observar que, no exercício de 2012, novos desafios surgirão e serão enfrentados com igual determinação e afinco. Todavia, o reconhecimento de tantas conquistas já em 2011 provoca o irrenunciável agradecimento por parte da Administração a cada Desembargador, Juiz, Secretário e servidor, sem cujo empenho e colaboração nada ou muito pouco teria sido realizado.

Finaliza-se este esboço fazendo uso de trecho do discurso proferido na manhã de ontem, 1º de fevereiro de 2012, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Cezar Peluso, na solenidade de abertura dos trabalhos do Judiciário, em veemente defesa desse Poder:

> "A despeito de suas deficiências reais que, consoante dados irretorquíveis, vem logrando superar no ritmo de suas forças e recursos morais e materiais, o sistema judicial não perdeu a credibilidade no desempenho da função jurisdicional e do seu papel de pacificador dos conflitos sociais, como o demonstra a já mencionada explosão de demandas judiciais."

Ratifica-se, no ensejo, ainda parafraseando o nobre Ministro do STF, o comprometimento de todos os que perfazem a atual gestão desta colenda Corte no sentido de que "continuaremos a cumprir nossa função com independência, altivez e sobranceria, guardando a Constituição e o ordenamento jurídico, sem prescindir da humildade e da coragem necessárias às correções de percurso e ao aperfeiçoamento da Justiça, mas também sem temor de defender, com a compostura que nos pede o cargo, a honradez de nossos quadros e o prestígio da instituição".

SUMÁRIO

1 Presidência 15

2 Vice-Presidência 19

3 Corregedoria Geral da Justiça 23

4 Consultoria Jurídica da Presidência 32

5 Secretaria Especial de Planejamento e Gestão 38

6 Secretaria Geral 43

7 Secretaria de Administração 49

8 Secretaria de Finanças 56

9 Secretaria de Gestão de Pessoas 62

10 Secretaria Judiciária 66

11 Secretaria de Tecnologia da Informação 75

12 Auditoria Administrativa de Controle Interno 85

13 Assessoria de Cerimonial 89

14 Assessoria de Comunicação 93

15 Assessoria Institucional 97

16 Assistência Militar 103

17 Fórum Clóvis Beviláqua 108

1 PRESIDÊNCIA

Composto pelos gabinetes do Assessor Especial da Presidência e dos Juízes Auxiliares da Presidência, além da Chefia de Gabinete, Oficiais de Gabinete e da Divisão de Apoio Administrativo, o Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assume como uma de suas metas principais o auxilio na modernização do Poder Judiciário e a busca da excelência da prestação do serviço público.

O Gabinete da Presidência busca atender com eficiência ao Presidente do Tribunal de Justiça em suas necessidades imediatas, além de dar suporte às assessorias e secretarias no que concerne às demandas administrativas e legislativas. Realiza, outrossim, o atendimento pessoal aos magistrados, servidores e ao público externo, tendo como referência a dinâmica impressa pela atual gestão, que prima pela participação, valorização e aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

Seguem as principais atividades desenvolvidas, no exercício de 2011.

1.1 Elaboração de documentos

Dentre as atividades desenvolvidas no âmbito do Gabinete da Presidência, merece destaque a elaboração e o acompanhamento de provimentos, assentos regimentais, resoluções e portarias de interesse do Poder Judiciário, conforme tabela:

Documento	Quantidade
Resoluções Tribunal Pleno/ Órgão Especial	22
Provimentos	33
Assentos Regimentais	8
Portarias	1.880

Ressalte-se, ademais, a elaboração de expedientes dirigidos a autoridades, magistrados, advogados, fornecedores, servidores e ao público em geral, decorrente de decisões da Presidência do Tribunal de Justiça, como também oriundas da apreciação dos processos administrativos e de decisões de Tribunais superiores, tendo sido produzidos:

Expediente	Quantidade
Ofícios	1.382
Ofícios Circulares	18
Memorandos	129

1.2 Mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa

Em parceria com as unidades interessadas, foram editadas diversas matérias de cunho legislativo que, transformadas em projetos de lei, foram submetidos à apreciação do Tribunal Pleno ou do Órgão Especial.

Uma vez aprovados em plenário, os projetos de lei foram encaminhados à Assembleia Legislativa, procedendo-se, então, ao acompanhamento dos procedimentos perante o Poder Legislativo, com a exposição de motivos aos membros daquele Poder, de forma a garantir a total transparência da matéria, bem como a celeridade em sua tramitação.

Cumpre destacar que, dos 10 (dez) projetos de lei encaminhados à Assembleia Administrativa em 2011, 08 (oito) foram aprovados e 02 (dois) encontram-se em tramitação, conforme demonstrativo que se segue:

Mensagem	Data	Projeto de Lei	Lei
1	14/04/2011	Modifica dispositivos da Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994; da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995; da Lei nº 14.311, 20 de março de 2009; da Lei 14.415, de 23 de julho de 2009; e da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010, e alterações posteriores,	Lei nº 14.916/11 Publicada no D.O. 11.05.2011
2	12/04/2011	Altera dispositivo da Lei nº 14.311, de 20 de março de 2009, e dá outras providências.	Lei nº 14.912/11 Publicada no D.O. 11.05.2011
3	04/03/2010	Altera os dispositivos a Lei nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, e alterações posteriores, e dá outras providências.	Lei nº 14.913/11 Publicada no D.O. 11.05.2011
4	22/06/2011	Altera a Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010 e modificações posteriores, que dispõe sobre o plano de Cargos e Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores do Quadro III- Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Tramitando Registrado

Mensagem	Data	Projeto de Lei	Lei
5	31/05/2011	Extingue e cria cargo de provimento em comissão integrante do Quadro III- Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências.	Lei nº 14.974/11 Publicada no D.O. 17.08.2011
6	14/06/2011	Altera dispositivos da Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Quadro III- Poder Judiciário do Estado do Ceará – e dá outras providências.	Lei nº 14.982/11 Publicada no D.O 23.08.2011.
7	09/08/2011	Cria novos cargos de provimentos em comissão no âmbito do quadro III do Poder Judiciário Estadual, e altera dispositivos da Lei 13.956, de 13 de agosto de 2009.	Lei nº 14.985/11 Publicada no D.O 22.08.2011.
8	08/09/2011	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão a que se refere o art. 6º da Lei nº 14.407, de 15 de julho de 2009, e dá outras providências.	Lei nº 15.034/11 Publicada no D.O 16.11.2011.
9	08/12/2011	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão a que se refere o art. 6º da Lei nº 14.407, de 15 de julho de 2009, e dá outras providências.	Tramitando Registrado
10	22/12/2011	Promove a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, ativos e inativos, pensionistas, inclusive, do Quadro III – Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências.	Lei nº 15.102/11 Publicada no D.O

1.3 Acompanhamento e controle dos procedimentos referentes ao Conselho Nacional de Justiça

Através do sistema e-cnj, a Assessoria Especial, juntamente com os Juízes Auxiliares da Presidência, providenciam respostas a questionamentos e procedem ao acompanhamento de todos os processos de interesse do Poder Judiciário cearense, em casos que envolvem, por exemplo, reclamações disciplinares, representações por excesso de prazo, resoluções, recomendações, pedidos de providências e procedimentos de controle administrativo.

1.4 Atividades Diversas

- Concessão de 388 audiências pelo Presidente do Tribunal de Justiça ao público em geral (excetuando-se atendimento institucional às autoridades);
- Apreciação de processos administrativos e elaboração de despachos, atividade que envolve acurada apreciação e rapidez, de forma a evitar que o intenso

fluxo diário não implique em acúmulo. Em 2011, foram analisados e despachados 4.755 processos eletrônicos;

- Análise dos alvarás judiciais com valor superior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Controle da contratação de terceirizados, por meio do devido exame dos requerimentos protocolados por cada unidade, de acordo com as possibilidades contratuais vigentes;
- Atendimento diário a desembargadores, servidores e público em geral, utilizando-se do diálogo aberto como ferramenta fundamental para a mediação de suas necessidades com os interesses da Administração Pública.

2 VICE-PRESIDÊNCIA

O presente relatório é a expressão das atividades desenvolvidas no âmbito da Vice-Presidência, na gestão do Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, a partir da data de sua posse.

Importante realçar que o contexto no qual a Vice-Presidência desenvolve suas tarefas é bastante adverso, visto que, além da deficiência numérica de servidores, as normas processuais trazem embaraços que inevitavelmente conduzem à procrastinação processual. Para melhor ilustrar este cenário, registre-se que, frequentemente, os processos destinados às Cortes Superiores precisam ser analisados em momentos distintos por esta Vice-Presidência. Destaca-se também o crescimento, apesar de em ritmo incipiente, do acervo processual digital.

Por oportuno, é necessário apontar o esforço da equipe da Vice-Presidência, no intensivo labor de melhorar a produção, quantitativa e qualitativa, do exame de admissibilidade dos processos aos Tribunais Superiores.

Nos itens seguintes, serão analisadas todas as atividades desenvolvidas por este Órgão diretivo no período em tela.

2.1 Desempenho institucional

a) Quantidade de servidores:

- Lotados na Vice-Presidência: 08
- Juiz auxiliar da Vice-Presidência: 01
- Lotados no Gabinete do Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido: 05

Os servidores da Vice-Presidência e do Gabinete do Desembargador trabalham em equipe, a fim de otimizar o desempenho das atividades deste Órgão.

b) Lei que alterou o cargo de Assessor Jurídico para Assessor Especial da Vice-Presidência

Por proposta desta Vice-Presidência, através do Ofício 08/2011, o cargo de Assessor Jurídico (DJS1) foi transformado no cargo de Assessor Especial (DJS1), pela Lei Estadual nº 14.974/11.

c) Atividades desenvolvidas:

- Delegadas pelo Presidente, através da Portaria 358/2011:
  - Procedeu à distribuição dos feitos incumbidos ao Tribunal do Pleno, às suas Câmaras Reunidas e isoladas e ao Conselho da Magistratura;
  - Mandou cumprir as decisões e os acórdãos dos Tribunais Superiores;
  - Compartiu com o Presidente o juízo de admissibilidade dos recursos especiais, extraordinários e ordinários constitucionais;
  - Quando houve multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia ou questão de direito, determinou o processamento dos recursos extraordinários e especiais submetidos à sua apreciação na forma dos artigos 543-B e 543-C, respectivamente, do Código de Processo Civil;
  - Proferiu despachos ordinatórios em eventuais agravos interpostos em sede de recursos especiais e extraordinários, cujos juízos de admissibilidade haviam sido proferidos pela Vice-Presidência e os encaminhou aos respectivos Tribunais Superiores;
  - Apreciou cautelares e peticionamentos apresentados na ambiência dos recursos constitucionais submetidos à sua apreciação.
- Atribuídas regimentalmente (art. 31 do RITJCE):
  - Substituiu o Presidente nas faltas e impedimentos;
  - Presidiu o concurso destinado ao provimento do cargo de Juiz substituto;
  - Representou o Presidente nas atividades externas do Tribunal, bem como em 04 (quatro) viagens interestaduais;

- Exerceu as funções administrativas que lhe foram delegadas pelo Presidente.

d) Concurso para cargo de Juiz substituto

Em virtude de determinação regimental, conforme acima discriminada, coube ao Vice-Presidente, em 2011, presidir o concurso destinado ao provimento do cargo de Juiz substituto.

Para a consecução deste certame, foi criada uma Comissão Examinadora, que sob a orientação do Desembargador Vice-Presidente, após várias reuniões, deu origem ao edital, cuja publicação ocorreu a 28 de novembro de 2011.

e) Prestação jurisdicional

- Processos físicos:

Foram analisados 3.091 (três mil e noventa e um) processos, entre juízo de admissibilidade dos recursos constitucionais, despachos de mero expediente e decisões diversas, como a seguir se depreende:

Processo	Quantidade
Recursos Especiais	1.120
Recursos Extraordinários	314
Recursos Ordinários	60
Decisões Diversas	82
Despachos de merio expediente	1.505

- Processos virtuais:

Com base no art. 39 e §§ do RITJCE, foram analisados 282 (duzentos e oitenta e dois) processos virtuais, assim dispostos:

Processo	Quantidade
Habeas Corpus	228
Agravos de instrumento	29
Mandados de segurança	15
Cautelares	10

f) Processos administrativos

Os processos administrativos da competência da Vice-Presidência totalizaram 16 (dezesseis) no exercício em pauta.

g) Processos distribuídos e redistribuídos

Nesta gestão foram distribuídos 48.481 (quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta e um) processos, sendo:

Processos	Quantidade
Distribuídos	20.627
Redistribuídos	27.854

h) Estatística mensal informada ao CNJ

Conforme determinação da Corregedoria do CNJ, através do Ofício-Circular nº 015/CNJ/COR/2008, todos os Tribunais Estaduais devem informar ao CNJ, até o dia 10 de cada mês, a produtividade do mês anterior, o que é feito regularmente por esta Vice-Presidência.

i) Gestão da Meta 4

A Meta prioritária 4 de 2010, traçada no 3º Encontro Nacional do Judiciário pelos Tribunais brasileiros, dispõe que todos os acórdãos lavrados devem ser publicados em até 10 dias após a sessão de julgamento.

Em julho de 2011, foi publicada a Portaria 998/2011, designando como gestor da Meta 4, o Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, quem vem orientando os Órgãos cogestores, no sentido de envidar todos os esforços para cumprir a referida Meta.

Conclusão:

Os resultados apresentados neste relatório confirmam que o papel reservado à Vice-Presidência (art. 31, RITJCE e Portaria 358/2011) vem sendo desenvolvido com absoluta presteza e competência, provocando nos jurisdicionados a sensação de que o Poder Judiciário estará sempre alerta e apto a defender os indivíduos, nos moldes em que preceitua a Magna Carta.

3 CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

A Corregedoria-Geral da Justiça é o órgão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob a gestão da Desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, encarregado de fiscalizar, orientar e acompanhar a atividade jurisdicional da Justiça Estadual de primeira instância, de modo a assegurar o regular funcionamento da justiça e da disciplina forense.

Diante da modernidade, a atividade da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) não pode limitar-se à de mera inspeção. Ela possui papel sistêmico no cumprimento da missão do Poder Judiciário na busca da Justiça célere e eficaz, na mudança de paradigmas, na atuação jurisdicional e administrativa.

Portanto, é função, também, da CGJ, auxiliar o juiz no gerenciamento dos trabalhos desenvolvidos na comarca, com alinhamento no planejamento estratégico do TJCE, implementando ações ou iniciativas que visam à consecução das metas fixadas.

No atual cenário do Poder Judiciário nacional, faz-se necessário referenciar a atuação do CNJ e da Corregedoria Nacional da Justiça, citando, inclusive, a Resolução n° 70, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica, implementando diretrizes para nortear a atuação institucional de todos os Tribunais, que exige uma participação efetiva das Corregedorias na administração da justiça, ao lado das respectivas Presidências, voltadas para a adoção de procedimentos eficazes de autoconhecimento e controle, com indicadores que garantem o direcionamento adequado na tomada de decisões.

Nesse contexto, registramos a importância da continuidade administrativa dos planejamentos estabelecidos em gestões anteriores, valorando os projetos e ações que obtiveram êxito e, se oportuno, agregando-lhes melhorias de acordo com a dinamicidade do procedimento em vigor. Assim, a consecução de uma gestão eficiente baseia-se no alinhamento dessas ações com a atuação de todos os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo às diretrizes do Plano Estratégico em curso.

A busca pelo aperfeiçoamento e modernização dos serviços judiciais é uma preocupação permanente e incessante da alta administração da justiça no País e deste Tribunal, dos magistrados e servidores que trabalham arduamente para proporcionar a adequada prestação jurisdicional aos cidadãos, visando cumprir o seu papel de promover e sustentar o equilíbrio social.

Feitas essas considerações, devemos destacar a taxa de congestionamento como o principal indicador do Poder Judiciário no cumprimento de sua missão de realizar a justiça. A partir da edição da Resolução n°15/05 do CNJ, o termo "Taxa de Congestionamento" tornou-se comum entre magistrados e servidores. A necessidade de se conhecer a parametrização desse indicador e de se obter o dado exato consolidado no projeto Justiça em Números do CNJ gerou várias ações da administração inseridas no planejamento estratégico.

A continuidade dessas ações e a implementação de novas são imperativas para alcançar a meta de reduzir o número de processos pendentes de julgamento e de promover a justiça conforme a expectativa do cidadão.

3.1 Atividades desenvolvidas

Com vistas à promoção da interatividade entre as diversas unidades e a Corregedoria, foram criados endereços eletrônicos (*e-mails*) para comunicação com a Diretoria-Geral e a Divisão de Correições da CGJ.

Outra inovação foi a de unificações das certidões expedidas para fins de promoção ou remoção de magistrados, que antes eram expedidas separadamente. A certidão unificada tornou mais célere e simplificou as rotinas de trabalho interno da Divisão de Correições, gerando plena satisfação dos magistrados, que reconheceram, nessa mudança, considerável melhoria, sobretudo em termos de desburocratização do serviço.

A utilização do "malote digital", por sua vez, como ferramenta de rotina de trabalho, também agilizou a remessa e recebimento de correspondências, refletindo na economia de tempo e recurso, atendendo o que estabelecido na Meta 10 do CNJ.

Outrossim, medidas administrativas foram adotadas visando a racionalizar o uso de combustível e o serviço de telefonia, o que gerou reconhecida economia de recursos, em obséquio ao cumprimento da Meta 6, do Conselho Nacional da Justiça.

Ademais, está em discussão, junto à Defensoria Pública Geral do Estado, melhorias para o contato entre réu preso e o defensor público após a citação e durante a instrução processual. A medida atende à recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que solicitou aos Tribunais brasileiros informações sobre o cumprimento das medidas apresentadas pelo Plano de Gestão das Varas Criminais e de Execução Penal.

Por fim, esta CGJ vem cumprindo tempestivamente a meta 7 de 2010 estipulada pelo conselho Nacional de Justiça, que trata da publicação, no portal do Tribunal, da produtividade dos magistrados.

3.2 Atendimento com eficiência

O Projeto "Atendimento com eficiência", laçado em fevereiro de 2011, pela Diretoria-Geral da CGJ, para o biênio 2011-2013, objetivando otimizar o sistema de atendimento aos servidores, magistrados e público em geral.

Com efeito, o novel procedimento permitiu diminuir o fluxo de atendimento que eram direcionados aos Juízes Corregedores, bem como reduziu o número de procedimentos autuados, uma vez que a própria Diretoria-Geral gerencia o conteúdo dos assuntos trazidos à CGJ e busca soluções, muitas vezes simples, com uma ligação telefônica, na resolução de diversas situações.

O atendimento tem se estendido a outros temas, como o de recambiamento de presos, onde a Diretoria-Geral, também através do sistema de telefonia, localiza e certifica nos autos onde o preso se encontra, colhendo, inclusive, dados mais precisos para a solução do referido recambiamento.

3.3 Correições

Dividida em cinco regiões – Fortaleza, Crateús; Sobral, Juazeiro do Norte e Russas - as correições, em 2011, foram programadas para iniciarem na região metropolitana e visitarem, ao todo, 93 municípios cearenses.

No conteúdo da programação destinada aos magistrados e servidores das comarcas, estão previstas palestras sobre temas que visem ao aprimoramento do serviço, à capacitação dos responsáveis pela sua realização, bem como à interação com a comunidade abrangida por cada unidade da região.

As correições e inspeções contam com a participação dos juízes corregedores auxiliares, Antônio Pádua Silva, José Tarcílio Sousa da Silva, Francisco Jaime Medeiros Neto e Francisco Eduardo Torquato Scorsafava, bem como dos auditores Cláudia Nadir de Andrade Medeiros e Araken Sedrin de Aguiar Neto, além de servidores da Corregedoria.

A Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, desempenhou as atividades correicionais em diversas comarcas do Interior, programadas para o ano de 2011. Durante as visitas, foram verificados processos em tramitação, a regularidade e qualidade da prestação jurisdicional, o funcionamento administrativo do Fórum e vistoriados os presídios e cadeias públicas.

3.4 Projetos

A Corregedora-Geral da Justiça do Ceará, Desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, esteve reunida no dia 16 de setembro de 2011, com a Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, Mariana Lobo. O objetivo do encontro foi debater o projeto "Mãos que Constroem", que trata da reinserção de presos no mercado de trabalho e tem como meta destinar 5% das vagas de trabalho, em obras públicas do Estado, aos presos dos regimes aberto e semiaberto.

Outros dois projetos importantes e que contam com a participação desta Corregedoria, são o "Pai Presente", que promove o reconhecimento da paternidade no momento do registro de nascimento, e o de "Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento: Unidades Interligadas", que trata da emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos.

Para a captação dos resultados, no caso do "Pai presente", o Estado do Ceará desenvolveu, juntamente com a Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Ceará, o Coletor Estatístico do Projeto Pai Presente- CEPP. Até o momento, obteve-se o seguinte resultado:

Tipo	Quantidade
Reconhecimento Voluntário	3.238
Reconhecimento a partir de exame de DNA	218
Não atenderam ou negaram	2.927
Outros	17.798
Total	**24.181**

*Outros: não localizados para notificação, já possuíam paternidade reconhecida, notificados mas não compareceram, não possuíam interesse na averiguação da paternidade, desconhecia o suposto pai, falecido, ação de investigação de paternidade já em tramitação antes do projeto pai presente.

3.5 Concurso Cartorário

Em 2011, a CGJ promoveu ciclo de palestras para os aprovados no concurso público para cartórios do Estado, com o objetivo de debater temas de relevante interesse aos nóveis notários, ao mesmo tempo em que estabelecia uma ponte de diálogo entre eles e a Corregedoria-Geral da Justiça, como Órgão fiscalizador e orientador das serventias extrajudiciais.

De mais a mais, foi realizada a convocação dos aprovados para assinarem o termo de investidura na titularidade da atividade cartorária. Durante a solenidade, a Corregedora-Geral parabenizou os aprovados e destacou o cunho social da atividade, lembrando a importância do compromisso com a sociedade.

3.6 Mutirão Carcerário

Sempre com o escopo de melhor desenvolver os trabalhos do Mutirão Carcerário, a Corregedoria Geral da Justiça, juntamente com a presidência do TJCE, adotou medidas formais e materiais visando à análise dos processos, a regulamentação das ações, designação de servidores e magistrados para atuarem no mutirão carcerário, bem como no fornecimento dos equipamentos necessários a sua boa execução, os quais se desenvolveram, não só na Comarca de Fortaleza, mas também nas Comarcas de Juazeiro do Norte e Sobral, resultando na inspeção de dezenas de unidades prisionais, bem ainda na analise da situação jurídico-processual de todos os indivíduos privados de liberdade, gerando concessão de benefícios e liberdades.

Após finalização do mutirão e tendo em vista o considerável número de processos que restaram pendentes de análise, o TJCE atendeu recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no sentido de criação de grupo de trabalho para continuidade do exame dos processos da VEP. Além disso, o Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento foi designado a atuar nas Varas de Execuções Penais, o que resultou na análise de todo acervo encaminhado ao referido grupo, bem assim de processos conclusos existentes nas Varas.

Ressalte-se, por fim, que as medidas adotadas pelo TJCE foram além daquelas recomendações, uma vez que, mirando solucionar definitivamente a problemática da sobrecarga processual da Vara de Execuções Penais, foram criadas mais duas Varas, vale dizer, 2ª e 3ª Varas de Execuções Penais, estando em andamento o processo para a imediata

implantação das mesmas, conforme editais nº 50/2011 e 51/2011.

Finalmente, conclui-se pelo êxito do 2º Mutirão Carcerário, posto que analisados todos os processos de réus privados de liberdade, quer provisoriamente quer por força de sentença condenatória.

3.7 Participação em eventos

A Desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, Corregedora-Geral de Justiça do Ceará, participou dos 56º, 57º e 58º Encontros do Colégio de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça (ENCOGE), que congrega todos os corregedores de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, contando com a participação de ministros que integram Tribunais Superiores e o CNJ. A finalidade é o aperfeiçoamento dos mecanismos inerentes ao funcionamento dos serviços do Poder Judiciário, mediante intercâmbio de experiências bem sucedidas. O Encontro objetiva ainda a implementação e uniformização da atuação jurisdicional, o fortalecimento do papel institucional dos órgãos de fiscalização, a orientação, controle e correção de falhas nas atividades judiciárias.

3.8 Atividade Jurisdicional

Despachos / Decisões da Corregedora- Geral em 2011

Mês	Decisões*	Votos Proferidos*	Proposta de PAD*	PAD Instaurados*
Fev	320	-	-	-
Mar	203	-	-	-
Abr	413	1	-	-
Mai	387	3	2	2
Jun	672	1	1	1
Jul	600	1	1	1
Ago	652	1	-	-
Set	561	2	2	2
Out	339	3	1	1
Nov	201	-	-	-
Total	**4.348**	**12**	**7**	**7**

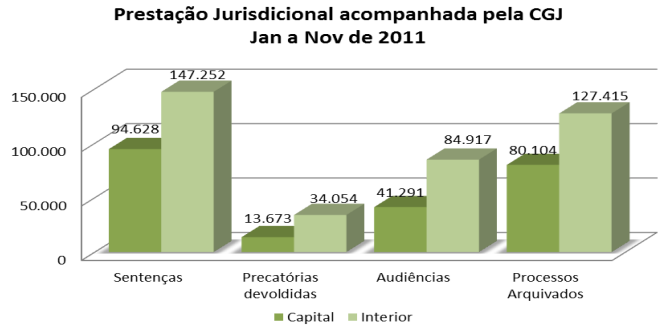
Nota: * Decisões Monocráticas – decisões de cunho decisório disciplinar e decisões diversas
Votos Proferidos – votos proferidos como relator
Proposta de PAD – Instauração de Processo Administrativo Disciplinar

À Secretaria da Corregedoria, nos termos do art. 22 do Regimento Interno da Corregedoria, incumbe: receber, guardar e movimentar todos os autos e papéis encaminhados à Corregedoria- Geral da Justiça; expedir provimentos, circulares portarias, editais, atos, etc, baixados pela Corregedora-Geral da Justiça; organizar e publicar a estatística dos trabalhos da Corregedoria- Geral da Justiça; organizar e publicar semestralmente a estatística dos serviços judiciários das comarcas do interior do Estado; realizar outras atribuições que lhes sejam determinadas pela Corregedora- Geral. Dentre as atividades suscitadas, bem como, as demais elencadas no antecitado artigo, destacam-se:

Tipos de Procedimentos Autuados	Quantidade
Providências	528
Providências ref. Cartas Precatórias	116
Consulta	12
Sindicância	6
Reclamação/Denúncia	32
Representação	77
Procedimentos Autuados	982
Arquivados	219
Distribuídos aos Juízes Corregedores	2.492
Certidões Expedidas	112
Certidões para fins de Licitação	92

Ressalte-se que, em fevereiro de 2011, foi realizado inventário dos processos que tramitavam na Secretaria Geral, somando 213 (duzentos e treze) processos físicos, dos quais 95 eram pedidos para celeridade no cumprimento de precatórias. Atualmente (21.12.2011) existem apenas 58(cinquenta e oito) processos físicos, sendo 08(oito) relativos a cartas precatórias.

A Diretoria-Geral desta CGJ tem se empenhado no sentido de executar as tarefas que lhe foram atribuídas, bem como, diligenciado para cumprir e fazer cumprir as determinações da Corregedora-Geral da Justiça.



3.9 Auditoria

A Auditoria da Corregedoria Geral da Justiça desempenhou, no exercício de 2011, de forma articulada com os demais setores deste Órgão Censor, um relevante papel no planejamento e acompanhamento das atividades que lhe são inerentes, com vistas à execução de suas tarefas de inspeção e correição nas diversas Serventias Extrajudiciais do Estado observando, para tanto, os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, transparência e moralidade.

De conformidade com o cronograma pré-estabelecido, coube à Auditoria, dentre outras atribuições e encargos, o exame da regularidade dos recolhimentos efetuados pelos Cartórios ao FERMOJU – Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário, consoante o disposto no artigo 20, inciso I, do Regimento Interno da Corregedoria. Este trabalho foi desenvolvido "in loco", quando das correições e inspeções, definidas no mencionado cronograma elaborado pela Corregedoria Geral da Justiça e estabelecido através de Portaria.

No ano de 2011 foram inspecionadas 31 (trinta e uma) Comarcas e realizadas 5 visitas, resultando na auditagem de 122 (cento e vinte e duas) Serventias Extrajudiciais, correspondentes as Regiões A - 1a e 2a Fase, C - 1a Fase, D - 1a e 2a Fase e a inspeção extraordinária na Comarca de Quixadá, na conformidade do disposto nas Portarias nºs. 10/2011 e 53/2011, de 28/04/2011 e 11/10/2011, publicadas no DJE de 16/05/2011 e 13/10/2011, na devida ordem, da lavra da Corregedora Geral da Justiça, Desa. Edite Bringel Olinda Alencar.

Com referência ao FERMOJU, cumpre destacar que os instrumentos criados por iniciativa do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado no que diz respeito ao controle dos selos extrajudiciais e a compensação de débitos por meio do ressarcimento dos valores relativos aos atos gratuitos praticados pelos Cartórios de Registro Civil, consolidados na Lei nº. 14.605, de 05 de janeiro de 2010, se constituíram em importantes mecanismos os quais, articulados com o trabalho de fiscalização a cargo da Auditoria, redundaram no incremento de 28,02% (vinte e oito vírgula zero dois por cento) de sua receita, comparativamente ao ano de 2010.

Registre-se, ainda, a participação desta Auditoria na elaboração do Projeto do Portal Extrajudicial (PEX), inserido na virtualização do Poder Judiciário, que permitirá uma maior

interação do Tribunal de Justiça e da Corregedoria com os Cartórios.

Consigne-se, por sua relevância, a presença da Auditoria na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE, através da designação do Auditor Araken Sedrim de Aguiar Neto como representante da Corregedoria, conforme Portaria nº. 755/2011-TJCE, publicada no DJE de 17/06/2011.

O disciplinamento do processo para a investidura na titularidade de serviço notarial ou de registro, estabelecido pelo Provimento nº. 5/2011-CGJ, publicado no DJE de 24/11/2011, atribuiu a Auditoria a incumbência da conferência da documentação apresentada pelos candidatos, em face do que foram emitidos, no prazo fixado, os pareceres submetidos a exame.

3.10 Assessoria Jurídica

Segundo delimitação normativa inserta no artigo 19, do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, é atividade precípua da Assessoria Jurídica o assessoramento técnico-jurídico à Corregedora-Geral da Justiça, respondendo às consultas sobre matéria forense, registral e notarial, bem como confeccionar pareceres sobre questões inerentes à atividade correicional, redigindo também relatórios, informações, minutas de portarias e circulares, esboços de propostas de abertura de processo administrativo disciplinar e projetos de votos a serem apresentados ao Conselho Superior da Magistratura.

Nesse contexto, a Assessoria Jurídica da Corregedoria Geral da Justiça, no ano de 2011, elaborou pareceres e auxiliou a Corregedora-Geral de Justiça na confecção de mais de 1.000 minutas de despachos e decisões administrativas, realizando, assim, as funções inerentes à atividade de assessoramento. Resume-se, a seguir, os números referentes à atuação desta Assessoria em 2011:

Expediente	Quantidade
Pareceres	3
Portarias / Ofícios / Circulares	33
Minutas de Decisões	579
Minutas de Despachos	958
Outros	6

4 CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

A Consultoria Jurídica é órgão técnico-jurídico vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, tendo como competências:

- assessorar o Presidente do Tribunal, assistindo-o na solução de problemas jurídicos e nas relações institucionais do Poder;
- responder a consultas em matéria jurídica oriundas da Presidência, assim como da Secretaria Geral, e, quando autorizadas, de outros setores da Administração do Tribunal;
- examinar previamente processos de aposentadoria e pensões, benefícios, isenções e outros, relativos a pessoal, contratos e licitações, bem como os relativos a atos de que possa resultar despesa para a instituição;
- sugerir medidas necessárias à solução de problemas e situações de interesse do Poder Judiciário, e relativamente à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos seus atos de Administração. (Art. 2º, caput, da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995).

4.1 Atividades Realizadas

No decorrer do ano de 2011, a Consultoria Jurídica desenvolveu diversas atividades voltadas para os objetivos traçados pelo Planejamento Estratégico do Poder Judiciário cearense, dentre elas destacam-se:

- Otimização da qualidade no atendimento;
- Dinamização de práticas e rotinas de trabalho;
- Racionalização de procedimentos visando à celeridade processual;
- Controle de produtividade;
- Criação de 05 (cinco) cargos de Assessor Jurídico;
- Ampliação da equipe com a chegada dos novos servidores;

- Gestão eficiente de pessoal.

4.2 Divisão Central de Contratos e Convênios

De acordo com a Lei nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, compete à Divisão Central de Contratos e Convênios:

- estabelecer as condições contratuais prévias a serem incluídas e observadas nos processos licitatórios;
- preparar minutas de contratos de acordo com o art. 40 da Lei nº 8.666/93 e encaminhar à Comissão de Licitação do Tribunal de Justiça;
- elaborar as versões finais dos contratos ou convênios a serem firmados pela Administração Superior do Tribunal de Justiça;
- acompanhar, em conjunto com as unidades executoras, o cumprimento da execução e a observância das obrigações previstas nas cláusulas e condições de todos os contratos ou convênios celebrados, para efeito de enquadramento das solicitações de pagamento e emissão das notas de empenho pertinentes;
- emitir, mensalmente, e quando solicitado, relatórios sobre o acompanhamento dos contratos e convênios celebrados, devidamente analisados, com apreciação conclusiva sobre desvios ou irregularidades, se for o caso;
- providenciar a publicação no Diário da Justiça, observados os prazos legais, dos extratos dos contratos e convênios celebrados, e respectivos aditivos, alimentar o sistema de controle de contratos e convênios do Tribunal de Contas do Estado do Ceará com informações ao Tribunal de Justiça, registrar e controlar a vigência de convênios, contratos por meio do sistema de contrato de controle de contratos e convênios do Tribunal de Justiça." (Lei nº 12.483, de 3 de de agosto de 1995, art. 2º, inciso IV).

Atividades Realizadas	1º Semestre	2º Semestre	Total
Contratos Formalizados	22	35	57
Aditivos de Prorrogação de Contratos (sem ajustes)	26	41	67
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com ajustes)	4	14	18
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com inclusões)	0	0	0
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com supressões)	2	0	2
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com redução de valor)	0	2	2
Aditivos de Acréscimos	15	10	25
Aditivos de Alterações de Cláusulas	4	8	12
Aditivos de Realinhamento	0	6	6
Atas de Registros de Preço	10	8	18
Convênios	9	52	61
Aditivos de Convênios	5	4	9
Termos de Concessão de Uso	7	5	12
TOTAL	**104**	**185**	**289**

4.3 Serviço de Precatórios

Com a vinda do Serviço de Precatórios para o âmbito desta Consultoria, desenvolveu-se um projeto visando à reestruturação do Setor de Precatórios, com o desenvolvimento de atividades como:

- Adequação do Regimento Interno do TJCE às determinações da Resolução nº 115/CNJ;
- Análise e reorganização das listas de precatórios dos diversos entes devedores, especialmente no que diz respeito às informações relativas à ordem cronológica;
- Apuração da situação de cada ente devedor sujeito a regime especial, com o fim de promover a regularização do pagamento das respectivas parcelas anuais, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional n. 62/2009;
- Licitação e transferência para a nova conta especial de precatório dos depósitos alocados em relação aos precatórios de responsabilidade do Estado do Ceará, gerenciados pelo TRT e pelo TJCE;

- Gerenciamento das contas especiais na pessoa do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com o auxílio do Comitê Gestor das Contas Especiais, inclusive no tocante aos sucessivos repasses aos Tribunais com jurisdição neste Estado;

- Encaminhamento de solicitação à Corregedoria Nacional, com o fito de estabelecer parceria visando à reorganização e reestruturação do setor;

- Reunião com os representantes dos entes devedores e procuradores jurídicos, realizada na segunda fase da visita empreendida pela equipe da Corregedoria Nacional, nos dias 7 a 11 de novembro;

- Formação de comissão de servidores para a realização dos trabalhos de cálculo – procedimento interno de atualização da dívida dos precatórios de responsabilidade do Estado do Ceará junto ao TJCE;

- Transferência do Setor de Precatórios para as dependências ampliadas da Consultoria Jurídica;

- Formação de convênio de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina tendo como objeto a cessão, sem ônus, do sistema informatizado de gestão de precatórios daquela Corte, de modo a permitir não só o gerenciamento claro e objetivo da lista cronológica de precatórios, como a atualização automática dos valores referentes aos débitos em processamento;

- Ampliação do quadro de servidores;

- Criação de comissão para atualização de expedientes;

- Pagamento dos precatórios, observando as prioridades constitucionais.

Quantitativos de expedientes de precatórios/requisitórios e requisições de pequeno valor movimentados no ano de 2011

Expediente	Quantidade	
	1º Semestre	2º Semestre
Cartas de intimação	54	10
Despachos/Decisões	533	1183
Mandados de intimação	3	292
Acordos realizados	0	1
Audiências de conciliação	0	1
Certidões narrativas	0	1
Alvarás judiciais	41	290
Informações	147	208
Ofícios	219	291
RPVs conclusas	25	11
Precatórios conclusos (ordem judicial)	5	4
Precatórios e RPVs protocolados	63	59

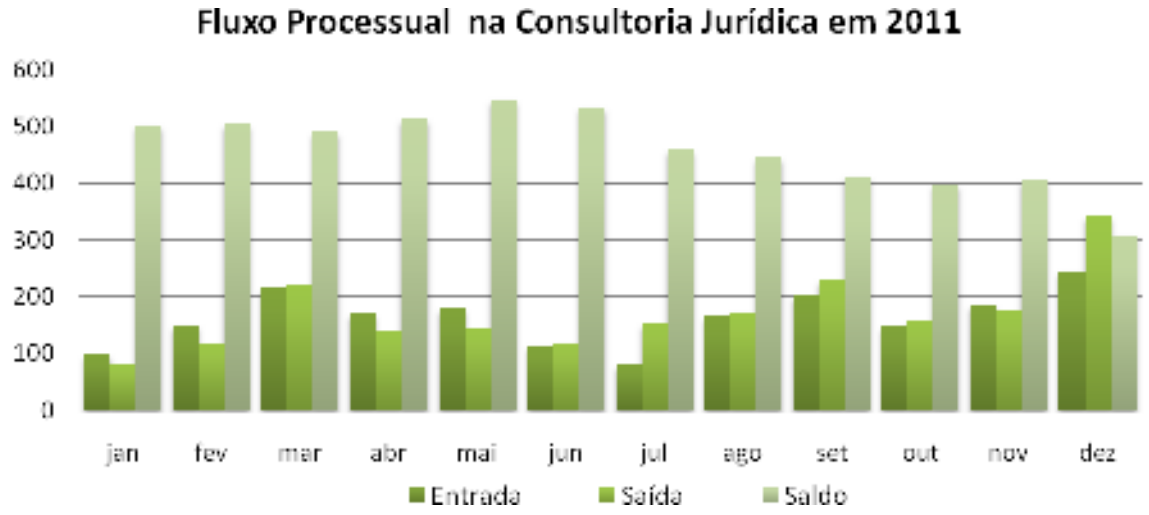
4.4 Comissão de Licitação

A Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará foi instituída por meio da Portaria nº 076/2011, com o objetivo processar, julgar e dar andamento aos pedidos de contratação de todo o Poder Judiciário do Estado. Assim sendo, é responsável pelas aquisições, registros de preços, contratações de serviços em geral, reformas prediais (preventivas e corretivas), obras de engenharia (seja na construção de fóruns ou residências de magistrados), concessões de uso e locações de mão de obra, por meio de processos licitatórios, nas diversas modalidades (Concorrência Pública, Tomada de Preços, Convite, Concurso, Leilão, Pregão Presencial e Pregão Eletrônico), visando atender às necessidades do Poder Judiciário Estadual.

Em 2011, apenas no segundo semestre foram realizadas licitações, 03 na modalidade convite, 02 por tomada de preços, 07 por pregão presencial e 17 por pregão eletrônico.

4.5 Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica atingiu uma redução de 38% em seu acervo de processos administrativos. Passando de 503 feitos, em janeiro de 2011, para 309 em dezembro.



Quanto ao acervo de processos judiciais, segue tabela contendo as quantidades de processos trabalhados em 2011:

Processos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Rec/Susp (determinação legal)	9	33	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68
Proc/ Rec Recebidos	1	14	21	78	43	23	7	27	24	24	252	18	532
Descisões Monocráticas	0	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	4
Proc/Disc Conclusos	0	7	7	7	7	0	0	0	0	0	0	4	32
Suspensões de Liminares	0	10	13	34	24	12	5	20	19	12	177	13	339
Decisões diversas	12	916	949	840	764	672	806	814	116	779	859	554	8081

5 SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

5.1 Seplag Gerencia Projetos Estratégicos

Criada em 22 de dezembro de 2010 pela Lei nº 14.816/2010, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) apresenta como principal objetivo garantir que as ações desenvolvidas pela Justiça cearense estejam compatíveis com a missão, visão e valores institucionais e em consonância com o modelo de gestão adotado.

Assumindo a responsabilidade de coordenar as atividades pertinentes ao cumprimento do Plano Estratégico (2010-2014) do Judiciário estadual, ao gerenciamento de dados e à otimização organizacional, a Seplag funciona com três departamentos específicos: **de Estratégia e Projetos – DEPRO**, **de Otimização Organizacional – DEORG** e **de Informações Gerenciais – DINGER**.

Ao longo de 2011, a Secretaria esteve à frente, ainda, das iniciativas para o cumprimento das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da elaboração de estudos que culminaram na criação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará, por meio do Assento Regimental nº 36, bem assim na implantação da Gratificação por alcance de metas (GAM). Os trabalhos foram intensos, e os resultados têm sido satisfatórios.

5.2 Mobilização para cumprimento de Metas do Judiciário

A SEPLAG tem capitaneado diversas ações com o objetivo de cumprir as metas do Judiciário Nacional estipuladas pelo CNJ. Os resultados obtidos já refletem uma melhoria no desempenho do Judiciário cearense no ano de 2011.

As **Metas 1 e 2 de 2011**, que tratam, respectivamente, da criação de uma unidade de gerenciamento de projetos e da adoção de sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária do 1º Grau, foram, ambas, alcançadas.

A **meta 3 de 2011** (julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal) atingiu percentual de cumprimento de 79,2%, evidenciando um aumento em relação ao ano anterior, que apresentou 70%.

Para consecução da **meta 4 de 2011**, foi instituído, através da Resolução nº 05/2011, o Programa "Justiça e Cidadania", que se propõe a estabelecer um canal de comunicação entre o Judiciário cearense e a sociedade, por meio de palestras, encontros, debates e visitas guiadas de estudantes ao TJCE e ao Fórum. Ademais, está em vias de conclusão a cartilha "Conhecendo o Judiciário", cuja distribuição será procedida em bibliotecas, escolas e comunidades.

Com relação às metas prioritárias de 2010, que continuam sendo acompanhadas pelo CNJ, foram intensificados os trabalhos, durante 2011, visando ao alcance daquelas ainda não cumpridas pelo TJCE.

A **meta 2 de 2010** (Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007) está com percentual de cumprimento de 30,1%, e **a meta 3 de 2010** (reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento e, em 20%, o acervo de execuções fiscais) apresenta percentuais de cumprimento de 74,7% e 94,5%, para execuções fiscais e não fiscais, respectivamente.

Com relação à **meta 2 de 2009** (identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005), das 169.160 ações que estavam pendentes no início da meta, 100.591 já foram julgadas, alcançando um percentual de 59,5% de cumprimento.

Para fomentar o cumprimento da **meta 4 de 2010** (lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento), restou aprovado o Assento Regimental nº 40, de 21 de setembro de 2011, que alterou os artigos 90 e 205 do Regimento Interno do TJCE, adequando o prazo de publicação dos acórdãos para 10 dias, nos termos preceituados pela aludida meta. Ademais, a Seplag, em parceria com a Secretaria Judiciária, tem efetuado rotina de acompanhamento dos processos junto às Secretarias das Câmaras, Gabinetes e Serviços de Recursos, visando à disponibilização do acórdão no prazo estipulado. Como resultado, em novembro último, o TJCE alcançou o percentual de 98,82% de cumprimento da citada meta.

A implantação de métodos de gerenciamento de rotinas em, pelo menos, 50% das unidades de 1º Grau (**meta 5 de 2010**) também está sendo efetivada. O Manual de Rotinas do

Procedimento Cível Comum Ordinário, elaborado pelo Grupo Gestor para cumprimento da Meta 5 de 2010 e que conta com a participação da Seplag, restou aprovado na sessão do Órgão Especial do dia 15 de dezembro de 2011. O documento foi resultado de oficinas entre juízes e diretores de Secretaria das Varas Cíveis da Capital e do Interior.

No respeitante à **meta 7 de 2010**, foi realizado trabalho de divulgação e padronização das rotinas junto aos gabinetes dos desembargadores, como forma de otimizar a extração mensal de suas produtividades e a publicação tempestiva no Portal do Tribunal (www.tjce.jus.br), providências estas que resultaram no cumprimento da versada meta em agosto de 2011.

A Secretaria também está promovendo, conjuntamente com a Esmec, cursos de Administração Judiciária à distância, que têm como objetivo disseminar conhecimentos sobre estratégias gerenciais. Trata-se de ação alinhada à **meta 8 de 2010**, que recomenda a promoção de cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância. Atualmente, 106 magistrados já estão matriculados, e a conclusão está prevista para janeiro de 2012.

Em 2011, a Seplag também procedeu, em parceria com a Sejud, à análise de diversos processos cujas movimentações encontravam-se equivocadas ou desatualizadas, resultando na baixa definitiva de aproximadamente 700 (setecentos) processos do 1º Grau e 5.000 (cinco mil) processos do 2º Grau. Além disso, constantemente os relatórios de metas são verificados a fim de que sejam identificados possíveis equívocos e, por conseguinte, solicitadas providências às unidades competentes.

Foram também promovidas várias reuniões de trabalho sobre as metas, para o fim de informar às unidades a situação das metas de litigiosidade e traçar iniciativas para o seu alcance. Durante a reunião de fechamento, realizada em 14 de dezembro, foram, inclusive, entregues certificados e declarações para as unidades cumpridoras.

5.3 Estudos para implantação do Órgão Especial

A Seplag participou ativamente da elaboração do Assento Regimental nº 36, de 05 de maio de 2011, que criou, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o Órgão Especial, cuja finalidade precípua reside em conferir celeridade ao exercício de certas atribuições e competências até então reservadas ao Tribunal Pleno. Tal iniciativa está alinhada

ao objetivo estratégico de assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva, previsto no Plano Estratégico 2010-2014 do Judiciário cearense.

5.4 Implantação da Gratificação por Alcance de Metas

A Seplag conduziu o processo de implementação da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM), coordenando a Comissão Intersetorial de Estudos para sua regulamentação. Nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, além de terem sido elaboradas as regras para avaliação de desempenho setorial, foram levantados todos os indicadores e metas a serem perseguidas pelas unidades judiciárias e administrativas deste Poder Judiciário.

Demais disso, é de se destacar que a Seplag irá coordenar, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Gestora da GAM (COGES), a qual figura como responsável pela administração, controle e acompanhamento dos referidos indicadores e metas.

5.5 Planejamento Estratégico e Proposta Orçamentária

Após revisão estruturante do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014 (indicadores, metas e projetos), foi instituído, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13/2011 de 25 de novembro de 2011, o Comitê Estratégico do Poder Judiciário cearense, que tem como principal atribuição monitorar a execução do versado Plano.

Com o objetivo de garantir recursos para a execução das iniciativas estratégicas, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão teve papel ativo na elaboração da Proposta Orçamentária 2012 e do Plano Plurianual do Governo do Estado 2012-2015 referentes ao Judiciário cearense.

Na proposta, foram incluídos, como projetos prioritários para 2012, aqueles que visam à celeridade processual, à capacitação dos servidores e magistrados, à modernização do parque tecnológico e, à promoção, enfim, de uma Justiça mais eficiente e próxima ao cidadão.

5.6 Encontros e Eventos

No decorrer de 2011, a Secretária Especial de Planejamento e Gestão participou do Encontro dos Gestores das Metas Nacionais, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça

para acompanhamento e discussão das metas anuais (2009, 2010 e 2011) e, em novembro, do V Encontro Nacional do Judiciário, no qual restaram definidas as metas para 2012 e 2013.

A Seplag também teve a oportunidade de participar do VI Congresso Nacional de Gestão do Conhecimento na Esfera Pública, em que foram debatidos desafios, práticas e casos de sucesso relativos à Gestão do Conhecimento (GC) nas organizações públicas, por meio de apresentação de casos práticos, lições aprendidas e de interações entre as diversas organizações governamentais; e do Workshop Gestão Administrativa, promovido pelo Tribunal de Justiça da Bahia, objetivando promover o compartilhamento de experiências de sucesso vivenciadas pelos setores administrativos dos Tribunais de Justiça Estaduais.

6 SECRETARIA GERAL

A Secretaria Geral do Tribunal de Justiça tem sua estrutura e atribuições definidas no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará e na Lei de Organização do Poder Judiciário.

Além das funções de secretariado ao Tribunal Pleno, Órgão Especial e ao Conselho Superior da Magistratura, incumbe à Secretaria Geral exercer as atribuições de gerenciamento superior das demais unidades administrativas do Poder Judiciário que não sejam diretamente supervisionadas pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Geral da Justiça e demais magistrados.

6.1 Tribunal Pleno e Órgão Especial

Foram realizadas, em 2011, 44 sessões do Tribunal Pleno – 20 (vinte) ordinárias e 22 (vinte e duas) extraordinárias – e 24 sessões do Órgão Especial, em que restaram julgados:

Julgamentos do Tribunal Pleno	Quantidade
Arguição de Inconstitucionalidade	2
Ação Direta de Inconstitucionalidade	4
Ação Rescisória	1
Agravo Regimental	91
Cautelar ADIN	1
Comunicação Administrativa	1
Conflito Negativo de Competência	11
Embargos de Declaração	67
Embargos à Execução	14
Habeas Corpus	4
Inspeção Administrativa	1
Inspeção Correicional	1
Mandado de Segurança	268
Processado de Reclamação	1
Processo Administrativo	10
Processo de Sindicância	1
Representação Administrativa	2
Total de Julgados	**480**

Julgamentos do Órgão Especial	Quantidade
Ação Direta de Inconstitucionalidade	3
Agravo Regimental	143
Embargos de Declaração	64
Mandado de Segurança	169
Processado de Reclamação	2
Processo Administrativo	26
Habeas Corpus	1
Total de Julgados	**408**

6.2 Conselho Superior da Magistratura

Realizadas 24 (vinte e quatro) sessões, sendo 22 (vinte e duas) Ordinárias e 02 (duas) Extraordinárias, no período de 24 de janeiro a 19 de dezembro de 2011. Contabiliza-se, ainda, 44 inspeções administrativas; 03 correições gerais; 01 correição parcial; 01 visita inspecional: 05 recursos adminstrativos; 01 providência administrativa; 01 embargo declaratório; 02 reclamações administrativas; 1756 expedientes apreciados e 2804 certidões de nada consta.

6.3 Controle da Edição de Resoluções, Provimentos, Assentos Regimentais, Portarias e Atos Normativos do Tribunal Pleno ou da Presidência o Tribunal

Resoluções do Tribunal Pleno	
Res. nº 01, de 07.04.2011 DJ de 14.04.2011	Estabelece competência às Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza para processar causas dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e dá outras providências.
Res. nº 02, de 12.05.2011 DJ de 13.05.2011	Regulamenta a concessão de ajuda de custo aos magistrados, nos termos do art. 65, I, da Lei Orgânica da Magistratura e do art. 232 da Lei nº 12.342/1994 - Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará.
Res. nº 03, de 16.06.2011 DJ de 17.06.2011	Cria e define as funções do Conselho Editorial de que trata o § 2º do art. 3º da Lei nº 14.813, de 14 de dezembro de 2010.
Res. nº 04, de 16.06.2011 DJ de 17.06.2011	Altera a competência dos Juízes de Direito das comarcas com tres varas, especializando-as.
Res. nº 05, de 16.06.2011 DJ de 17.06.2011 (republicada em 04.07.2011)	Altera a competência dos Juízes de Direito da comarca de Maracanaú, especializando-a, modifica a denominação de juízos e dá outras providências.

Restaram editadas pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça 17 (dezessete) Resoluções, das quais podemos destacar:

Resoluções do Órgão Especial		
Res. nº 01, de 07.07.2011 de 08.07.2011	DJ	Dispõe sobre prioridades na tramitação de processos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em que figure criança ou adolescente como parte ou interveniente, e, de forma especial, quando forem identificados como vítimas de crime sexual e dá out
Res. nº 03, de 28.07.2011 de 02.08.2011	DJ	Dispõe sobre a reorganização das circunscrições territoriais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza, desmembramento de áreas territoriais e dá outras providências.
Res. nº 04, de 04.08.2011 de 12.08.2011	DJ	Estabelece a competências das Varas de Execuções Penais de Fortaleza e dá outras providências.
Res. nº 06, de 15.09.2011 de 21.09.2011	DJ	Altera a Resolução nº 16, de 9 de dezembro de 2010, que disciplina o pagamento de diferenças remuneratórias relativas à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), devidas a magistrados ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, bem assim às pensionistas de montepio.
Res. nº 07, de 06.10.2011 de 07.10.2011	DJ	Disciplina a solicitação, a concessão e a utilização de férias pelos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Res. nº 08, de 06.10.2011 de 11.10.2011	DJ	Dispõe sobre a criação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e dá outras providências.
Res. nº 09, de 27.10.2011 DJ de 01.11.2011		Altera a competência da 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza e dá outras providências.
Res. nº 10, de 03.11.2011 DJ de 07.11.2011		Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o processamento dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor e dá outras providências.
Res. nº 12, de 10.11.2011 DJ de 22.11.2011		Dispõe sobre a regulamentação da Resolução Nº 114 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no âmbito de competência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
Res. nº 13, de 24.11.2011 DJ de 25.11.2011		Dispõe sobre a criação do Comitê Estratégico, a redefinição das metas institucionais constantes do Plano Estratégico 2010-2014 do Poder Judiciário cearense e a implantação do Escritório Corporativo de Projetos no âmbito da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão.
Res. nº 16, de 15.12.2011 de 16.12.2011	DJ	Aprova o Manual de Rotinas do Procedimento Cível Comum Ordinário que dispõe acerca da implantação do processo de trabalho padrão para cumprimento da Meta 5 de 2010 estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça.

6.4 Assentos Regimentais

No exercício em tela, o Tribunal de Justiça emendou seu Regimento Interno em oito oportunidades, com destaque para a criação do Órgão Especial e da 7ª e da 8ª Câmaras Cíveis, modificando, ainda, dispositivos para que os acórdãos fossem publicados no prazo de até 10 dias, em seguimento às recomendações do Conselho Nacional da Justiça para a consecução da Meta 4/2010.

6.5 Provimentos

O Tribunal de Justiça editou, ao longo do ano, 33 (trinta e três) Provimentos, dos quais, 30 (trinta) referentes à designação de Juiz de Paz e os demais que abaixo se seguem:

Provimentos	
Provimento nº 03/2011 DJ de 16.03.2011	Institui em caráter permanente, no âmbito da Central de Conciliação em 2º Grau de Jurisdição, o Núcleo de Métodos Consensuais de Solução Conflitos.
Provimento nº 27/2011 DJ de 03.10.2011	Institui, em caráter permanente, o Grupo Gestor do Acervo de Processos Judiciais.
Provimento nº 28/2011 DJ de 21.10.2011	Institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Comissão de Responsabilidade Socioambiental.

6.6 Mensagens do Poder Judiciário à Assembleia Legislativa

Foram enviadas à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, até 26 de novembro de 2011, 08 (oito) Mensagens, sendo 07 (sete) editadas e aprovadas e 01 (uma) em tramitação. Merecendo destaque as seguintes:

Mensagem nº/data	Ementa	Lei Decorrente DOE
01/2011 13/01/2011	Promove a revisão geral da remuneração dos servidores do Quadro III – Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Lei nº 14.880, de 27.01.2011 DOE de 31.01.2011
05/2011 27/05/2011	Extingue e cria de provimento em comissão integrante do Quadro III – Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências.	Lei nº 14.974, de 01.08.2011 DOE de 17.08.2011
07/2011 05/08/2011	Cria novos cargos de provimento em comissão no âmbito do Quadro III – Poder Judiciário e altera dispositivos da Lei nº 13.956, de 13 de agosto de 2009.	Lei nº 14.985, de 17.08.2011 DOE de 22.08.2011
08/2011 02/09/2011	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão a que se refere o art. 6º da Lei nº 14.407, de 15 de julho de 2009, e dá outras providências.	Lei nº 15.034, de 11.11.2011 DOE de 16.11.2011

6.7 Numeração e Controle da Publicação de Portarias Editadas pela Presidência do Tribunal

Dentre as atividades desenvolvidas pela Secretaria Geral destaca-se ainda a de controle da numeração e publicação de todas as Portarias editadas pela Presidência do Tribunal de Justiça, com a instituição de livro de folhas soltas, numeradas e rubricadas para efetivação desse controle. Totalizaram-se, no ano, 1.880 (um mil, oitocentos e oitenta) Portarias editadas.

6.8 Análise de Processos Administrativos e Elaboração de Despachos

Para dimensionar essa atividade, que é bastante volumosa e exige rapidez para dar vazão ao fluxo diário de processos, de modo a não implicar em acúmulo, apresenta-se a estatística dos processos tramitados pela Secretaria Geral, destacando-se a média final de 61 processos administrativos apreciados por dia útil.

Mês	Dias úteis	Quantidade de Processos	Média diária
Janeiro	21	602	28,66
Fevereiro	20	917	45,85
Março	21	1.140	11,4
Abril	19	1.653	54,28
Maio	22	1.258	57,18
Junho	21	1.598	76,09
Julho	21	1.443	67,71
Agosto	22	1.601	72,77
Setembro	20	1.720	86
Outubro	20	1.114	55,7
Novembro	20	1.154	57,7
Dezembro	21	928	44,1
Total	**248**	**15.128**	**61**

6.9 Provimentos, Movimentação, Remoção, Promoção e Acesso de Magistrados

Segue listagem de procedimentos apreciados pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial no ano de 2011, referentes à promoção, remoção ou acesso ao Tribunal, pelo critério de merecimento e antiguidade, escolha de integrante de turma recursal e de membros do TRE:

Ato	Quantidade
Promoção	44
Remoção	75
Permuta	1
Vitaliciedade	22
Nomeação de desembargador	4
Permuta	1
Nomeação de novos juízes	3
Atuar por suspeição/impedimento	59
Auxíliar comarca	57
Responder por motivo de férias	168
Responder por motivo de licenças	35
Responder por vacância	170
Responder por comarca durante ausência	14
Classificação de vaga de desembargador por merecimento	1
Classificação de vaga de desembargador por antiguidade	1
Classificação de vaga quinto constitucional	2
Acesso por antiguidade	1
Acesso por merecimento	1
Afastamentos	9
Designação para diretoria de fóruns	24
Revogação de portarias	63
Celebração de casamento	25
Total	**780**

Os resultados alcançados e aqui relatados revelam os esforços empreendidos pelos que fazem esta Secretaria Geral, conscientes da proposta de prestar um serviço de qualidade, adotando sempre a economicidade e a racionalidade no desenvolvimento dos trabalhos e a estrita observância às normas legais vigentes.

7 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria de Administração (Secad) coordenou, ao longo do ano, uma série de reestruturações nos departamentos do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), com o objetivo de gerar economia e prestar melhor atendimento a desembargadores, magistrados, servidores e demais usuários dos serviços prestados pelo TJCE.

7.1 Departamento de Engenharia (Denge)

a) Obras em andamento

O ano de 2011 foi marcado pela continuidade dos serviços e procedimentos para recebimento definitivo das obras de construção de novos fóruns nas comarcas de Aquiraz, Limoeiro do Norte, Mombaça e Tauá e ampliação do fórum de Amontada.

No versado exercício, restou concluída a nova central de água gelada do sistema de ar condicionado do Fórum Clóvis Beviláqua, resultado da sua inclusão no programa de eficiência energética patrocinado pela Coelce, que também está promovendo a substituição de 9.480 lâmpadas com maior eficiência e menor consumo.

Foi dada continuidade à obra de modernização, que compreende os seguintes serviços:

- Instalações elétricas de baixa e alta tensão;
- Rede estruturada (dados e voz);
- Back bone ótico;
- Grupo gerador;
- Rede de aterramento;
- Rede de distribuição de circuitos de iluminação e tomadas; e
- Sistema de detecção e alarme de incêndio.

Ademais, foram realizadas alterações nas instalações físicas para melhor aproveitamento dos espaços disponíveis, permitindo o incremento de 40 novas varas, atingindo um total de 152 varas.

Procedeu-se, ainda em 2011, mudança de 100 secretarias de varas para os seus locais definitivos, o que representou um marco importante em uma obra de mais de 60.000m² de área coberta, a qual está sendo conduzida sem interrupção das atividades jurisdicionais.

Destaca-se, finalmente, a finalização do 3º pavimento do edifício-sede do Tribunal de Justiça, o que possibilitou o recebimento de 43 desembargadores em seus novos gabinetes. Iniciou-se, a partir de então, trabalho de elaboração de projeto e de especificações de forma a compor o processo licitatório para readequação do *layout* dos demais pavimentos.

b) Novos projetos

Destacam-se os seguintes projetos iniciados em 2011 e com previsão de serem licitados em 2012, relacionados às obras prioritárias do Poder Judiciário cearense e constantes do Planejamento Estratégico em curso:

- Reforma do edifício-sede do TJCE, exceto o 3º pavimento;
- Reforma da Esmec;
- Reforma do Ed. Dolor Barreira – Turmas Recursais;
- Reforma do Fórum de Araripe;
- Reforma do Fórum de Itapajé;
- Reforma do Fórum de Jaguaruana;
- Reforma do Fórum de Crato;
- Reforma do Fórum de Guaiúba;
- Reforma do Fórum de Horizonte;
- Reforma do Fórum de Russas;
- Reforma do Fórum de Cariré;

- Reforma do Fórum de Jardim;
- Reforma do Fórum de Maracanaú;
- Construção da JECC da 10ª Unidade Móvel;
- Novo Fórum de Tabuleiro do Norte;
- Novo Fórum de Frecheirinha;
- Novo Fórum de Boa Viagem;
- Novo Fórum de Pereiro;
- Novo Fórum de Quixeramobim;
- Novo Fórum de Cascavel;
- Novo Fórum de Pedra Branca;
- Novo Fórum de Itapipoca;
- Novo Fórum de Pacajus;
- Novo Fórum de Milagres;
- Novo Fórum de Assaré;
- Projetos de adaptações para implantação de novas varas, conforme Lei n° 14.407, de 15.07.09 (d.o. de 16.07.09);
- Projetos para construção das JECC nas UNIFOR e faculdades FAC, FGF, FAFOR;

.7.2 Departamento de Manutenção e Serviços Gerais (Deseg)

a) Inovações

Em 2011, com a contratação de empresa para realização dos serviços de manutenção predial de todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o Estado foi dividido em quatro regiões e cada uma contará com uma unidade central de atendimento. A partir desta

reestruturação, busca-se a redução gradativa do tempo de atendimento das demandas e de estoque de materiais no almoxarifado, redução de custos administrativos e operacionais e gradual eliminação de estoques estagnados por falta de utilização.

Nesse novo contexto, a equipe antes responsável direta pela execução desses serviços, vem sendo treinada a tornar-se fiscalizadora, pois a ela caberá a aprovação das ordens de serviço, a priorização e programação de atendimento e a devida atestação dos serviços concluídos.

Implantou-se, ademais, Central de Atendimento para o Serviço de Zeladoria, objetivando registrar as demandas, bem assim monitorar e reduzir o tempo de atendimento, ações estas previstas nos dispositivos da Lei nº 14.415/2009 que trata da Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário.

No âmbito organizacional, deu-se início ao registro e redesenho de processos deste departamento visando a desburocratização, otimização e preparação de base de dados para a futura manualização das atividades. Cada servidor tem registrado suas atividades a fim de identificar necessidade de capacitação e integrar os novos servidores para que não haja descontinuidade no padrão de funcionamento.

A equipe de servidores vem buscando capacitar-se tecnicamente para atender às novas demandas do departamento, especialmente em gestão, administração e em suas competências. Busca-se, outrossim, instrumentos de gestão capazes de minimizar os riscos de falhas nos processos de pagamentos, não observância de prazos e objeto contratual, por meio da pesquisa de *softwares*.

b) Uso inteligente dos serviços

O Deseg tem realizado constante acompanhamento do consumo de água, energia, telefone e utilização de serviço de correios, com vistas à utilização racional e à redução de despesas sem comprometimento a qualidade dos serviços.

As contas de energia estão sendo objeto de correção de acordo com os critérios estabelecidos pela concessionária para tarifação diferenciada. O estudo comparativo das contas de energia dos anos de 2010 e 2011 mostrou que o consumo manteve-se no mesmo

patamar, exceto no Fórum Clóvis Beviláqua, que apresentou redução em virtude da entrada em funcionamento do novo sistema de refrigeração.

A partir de junho de 2011, a Secad também passou a administrar as contas de telefonia, que tem apresentado redução significativa nos serviços de telefonia móvel. Mensalmente os titulares dos diversos setores recebem os relatórios das contas e podem acompanhar e monitorar o uso desse serviço.

c) Universo de atendimento

Atualmente o Deseg administra 36 contratos, que totalizam anualmente R$ 25.762.765,44, realizando: 4.740 atendimentos de manutenção predial (média de 19 atendimentos/dia); 6.960 atendimentos de zeladoria e 3.600 atendimentos de transportes no ano de 2011.

7.3 Departamento de Manutenção e Patrimônio – Demap

a) Estrutura do Departamento

O Demap é responsável pelo planejamento, direção, coordenação e controle das atividades relacionadas à aquisição, guarda, suprimento e distribuição de materiais, controle de estoques, registro e inventário de bens patrimoniais, conforme determina a Lei 14.311, de 20 de março de 2009.

Para atingir seus objetivos, o departamento é estruturado em Divisão de Patrimônio e Divisão de Material, que se subdivide em Serviço de Almoxarifado e Serviço de Compras.

b) Universo de atendimento

Como principal setor de planejamento das necessidades de materiais do Poder Judiciário Estadual, em 2011, foram elaborados 44 Termos de Referência, para aquisição materiais diversos, 23 dos quais pelo sistema de registro de preços, em observância à Lei nº 8.666/93. Dos demais, 04 foram aquisições e 17 adesões à Ata de Registro de Preços de outros Órgãos. Como resultados das licitações realizadas foram gerenciados cerca de 50 atas de registro de preços e 05 contratos.

Além disso, este departamento recebeu mobiliário (cadeiras) para os novos gabinetes dos Desembargadores e para o Fórum Clóvis Beviláqua, inventariou todo material do almoxarifado, iniciou o trabalho de readequação de perfis das Comarcas do Interior, realizou

um estudo da demanda para regularização dos bens imóveis do Poder Judiciário, dentre outras atividades.

Em 2011, 6.268 requisições de materiais de uso e consumo foram atendidas pelo Serviço de Almoxarifado, sendo realizadas, ainda, 226 transferências para o Almoxarifado do Fórum Clóvis Beviláqua. O principal requisitante foi o Departamento de Manutenção e Serviços Gerais (Deseg), com 1.569 solicitações.

Com amparo na lei 8.666/93, realizaram-se, entre os meses de Junho/2011 e Janeiro/2012, 77 contratações diretas, totalizando R$ 141.064,47 (cento e quarenta e um mil e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), todas publicadas no DJE. Para garantir maior transparência com esses gastos, foi solicitada disponibilização de espaço para publicação das contratações diretas e das atas de registro de preço no portal do Tribunal de Justiça.

Ademais, 228 solicitações de aquisição ou realização de serviço foram geradas, por meio do Sistema de Administração de Compras (Siac), das quais 126 restaram autorizadas.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Divisão de Patrimônio no exercício de 2011, destaca-se o cadastro de 10.040 bens, originados de aquisições (9.868), doações (136) e contratos (36). De igual modo, em consonância com a Portaria nº 946/2011, de 13 julho de 2011, que determina a alienação de bens inservíveis, sem valor econômico ou histórico realizou-se, em 30 de setembro de 2011, leilão com limite mínimo de R$ 99.710,00, arrematando-se R$ 148.940,00.

Vale ressaltar, ademais, o importante trabalho realizado no recebimento, cadastramento no sistema patrimonial e devido tombamento das 6.850 peças integrantes do novo mobiliário do Fórum Clóvis Beviláqua e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

c) Inovações

Com a finalidade de melhorar o suprimento de materiais, a área de armazenagem foi readequada, de forma a serem definidas áreas de pré-recebimento, de expedição, de devolução, de materiais inservíveis e para amostragem de materiais, obtendo-se, assim, melhor organização e aparelhamento dessas atividades.

Em 2011, o código de barras passou a ser utilizado no cadastro de produtos no sistema de Almoxarifado (ALX), com vistas à maior agilidade na separação e identificação dos produtos, encontrando-se em fase de conclusão o endereçamento e etiquetagem.

Em decorrência desse esforço de reorganização, foi realizado trabalho de identificação de materiais inservíveis e/ou considerados em desuso, os quais foram separados para posterior encaminhamento a leilão.

Em novembro de 2011, realizou-se inventário de bens no Almoxarifado do TJCE, visando um melhor acompanhamento do estoque. Restou decidida, ainda, a realização de inventários mensais parciais, de forma a monitorar os itens do estoque e evitar intempestividade no saldo de cada produto.

A sistemática de abastecimento de materiais de uso e consumo nas comarcas do interior do Estado se dá por meio de rotas planejadas pelo Serviço de Almoxarifado. Cada comarca tem um perfil de consumo traçado e com base nele são separados e enviados os materiais. Para evitar as frequentes faltas e sobras de materiais iniciou-se a execução do projeto de Readequação de Perfil de Consumo, tendo como foco os materiais de expediente, limpeza e informática.

Com a reorientação, das 05 (cinco) rotas de abastecimento de materiais, já se encontram readequados os perfis de consumo de 02 (duas) rotas. Tais perfis foram delineados para um período de 12 (doze) meses, havendo, ainda, a restituição de diversos materiais que se encontravam em desuso.

8 SECRETARIA DE FINANÇAS

A Secretaria de Finanças do Tribunal de Justiça do Ceará (Sefin) conta, em sua estrutura, com o Departamento Financeiro (Defin), que opera essencialmente com recursos originários do Tesouro, o Departamento de Gerência Executiva do Fermoju (Fermoju), que utiliza recursos oriundos de arrecadação própria (fonte 15) e dos depósitos judiciais para o Programa de Inovação e Modernização do Poder Judiciário (PIMPJ) (fonte 70), além da Divisão de Apoio Administrativo, da Assessoria e do Gabinete. A Secretaria conta com 46 colaboradores.

8.1 Gestão Orçamentária (Créditos e Execução)

A gestão dos créditos orçamentários foi realizada durante o exercício financeiro de 2011 de forma a garantir os recursos necessários aos investimentos e manutenção da máquina administrativa do Poder Judiciário.

O orçamento previsto inicialmente para o TJCE pela Lei Orçamentária Anual (LOA) era de R$629,49 milhões. Com as supressões e créditos orçamentários ocorridos no exercício financeiro de 2011, o orçamento final obtido foi de R$667,93 milhões, representando incremento de R$38,44 milhões (6,11%). A Despesa com Pessoal teve acréscimo de 7,39% (fonte TESOURO) e em 18,64% para Despesas Correntes (fonte FERMOJU), enquanto houve redução de 14,78% no orçamento para Investimentos (fonte FERMOJU).

A execução do orçamento alcançou R$ 574,13 milhões em valores empenhados (85,96% do orçamento). As despesas com Pessoal realizaram 99,82% do seu orçamento, as Despesas Correntes 67,68% e Investimentos 38,15%.

8.2 Gestão Financeira

Dos R$ 574,14 milhões empenhados, foram pagos 99,52%, ou seja, restou honrado no mesmo exercício o volume de R$ 571,38 milhões. O valor de Restos a Pagar foi de R$ 2,76 milhões (0,48% do total empenhado).

Restos a Pagar em Dez/2011 – Ref. Execução do Orçamento de 2011(Em R$1,00)

	Grupo de Despesa	Empenhado	Pago	% Pago/ Empenhado	Diferença Empenhado/Pago	
					Em Valor	Em %
Tesouro	Pessoal e Encargos Sociais	441.662.993,63	440.773.312,92	99,80%	889.680,71	0,20%
	Outras Despesas Correntes	30.249.667,35	30.207.550,73	99,86%	42.116,62	0,14%
	Investimentos	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Tesouro	**471.912.660,98**	**470.980.863,65**	**99,80%**	**931.797,33**	**0,20%**
Fermoju	Outras Despesas Correntes	76.211.935,68	75.671.059,61	99,29%	540.876,07	0,71%
	Investimentos	26.010.620,96	24.727.370,88	95,07%	1.283.250,08	4,93%
	Total Fermoju	**102.222.556,64**	**100.398.430,49**	**98,22%**	**1.824.126,15**	**1,78%**
TOTAL GERAL		**574.135.217,62**	**571.379.294,14**	**99,52%**	**2.755.923,48**	**0,48%**

Fonte: SIOF Web – http://web.seplag.ce.gov.br/siofweb/siofweb.execucao.aspx.

a) Despesa com Pessoal (TESOURO)

As despesas com pessoal concentraram-se em Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil), que representou 94,71% do total empenhado. Ressalte-se que as rubrica referente às despesas de pessoal de exercícios anteriores representaram apenas 2,33% do total.

Despesas do Tesouro Em 2011 – Pessoal E Encargos Sociais (Em R$ 1,00)

Despesa	Empenhado	%	Pago	Restos a Pagar	%
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	418.280.958,11	94,71%	418.278.519,70	2.438,41	0,27%
Despesas de exercícios anteriores	10.275.866,99	2,33%	9.392.443,32	883.423,67	99,30%
Obrigações patronais	4.757.519,77	1,08%	4.757.519,77	-	0,00%
Pensões	4.584.952,83	1,04%	4.584.952,83	-	0,00%
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal militar	3.310.923,15	0,75%	3.310.923,15	-	0,00%
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	310.905,37	0,07%	310.905,37	-	0,00%
Outros benefícios assistenciais	118.666,20	0,03%	118.666,20	-	0,00%
Indenizações	12.613,98	0,00%	8.795,35	3.818,63	0,00%
Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.587,23	0,00%	10.587,23	-	0,00%
Total Geral	**441.662.993,63**	**-**	**440.773.312,92**	**889.680,71**	**0,002**

Fonte: SIOF Web – http://web.seplag.ce.gov.br/siofweb/siofweb.execucao.aspx.

A despesa com pessoal manteve-se no somatório do exercício financeiro 2011 no patamar de 4,66%, abaixo dos limites prudencial e máximo.

b) Despesas de Custeio

Dos recursos de custeio oriundos do TESOURO, R$ 30,25 milhões, 62,69% foram concentrados nas despesas de locação de mão-de-obra e auxílio alimentação.

Despesas do Tesouro em 2011 – Outras Despesas Correntes

Despesa	Empenhado	%	Pago	Restos a Pagar	%
Locação de mão-de-obra	9.932.354,17	32,83%	9.932.354,17	0,00	0,00%
Auxílio-alimentação	9.032.195,00	29,86%	9.032.195,00	0,00	0,00%
Outros serviços de terceiros - pessoa física	4.345.023,35	14,36%	4.344.973,35	50,00	0,12%
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.101.568,41	13,56%	4.078.260,17	23.308,24	55,34%
Despesas de exercícios anteriores	1.170.114,00	3,87%	1.155.108,16	15.005,84	35,63%
Diárias - civil	837.955,27	2,77%	837.155,27	800,00	1,90%
Indenizações e restituições	417.184,21	1,38%	417.184,21	0,00	0,00%
Passagens e despesas com locomoção	192.494,01	0,64%	192.494,01	0,00	0,00%
Material de consumo	171.221,90	0,57%	168.269,36	2.952,54	7,01%
Indenizações e restituições	26.425,37	0,09%	26.425,37	0,00	0,00%
Diárias - militar	23.131,66	0,08%	23.131,66	0,00	0,00%
Total Geral	**30.249.667,35**	**-**	**30.207.550,73**	**42.116,62**	**-**

Fonte: SIOF Web – http://web.seplag.ce.gov.br/siofweb/siofweb.execucao.aspx.

Com relação ao custeio que tem como fonte o Fermoju, 85% dos recursos arrecadados com a venda dos selos extra-judiciais são vinculados aos próprios cartórios e não podem ser alocados para pagamento de outras despesas. Assim, o total restituído aos cartorários no ano foi de R$ 14,44 milhões. As demais despesas de custeio com esta fonte chegaram a R$ 76,21milhões, dos quais cerca de R$ 33,19 milhões foram destinados ao pagamento de "Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica" (telefonia, energia elétrica, dentre outras), R$ 18,81 milhões para "Locação de Mão-de-Obra" e R$ 14,43 milhões para "Indenização e Restituições".

Despesas do Fermoju em 2011 – Outras Despesas Correntes

Despesa	Empenhado	%	Pago	Restos a Pagar	%
Outros serviços de terceiros - pessoa	33.189.406,18	43,55%	33.034.410,55	154.995,63	28,66%
Locação de mão-de-obra	18.806.469,30	24,68%	18.791.658,81	14.810,49	2,74%
Indenizações e restituições	14.437.275,60	18,94%	14.437.275,60	0,00	0,00%
Despesas de exercícios anteriores	6.430.743,86	8,44%	6.385.804,90	44.938,96	8,31%
Material de consumo	3.323.661,30	4,36%	2.997.530,31	326.130,99	60,30%
Outros serviços de terceiros - pessoa	7.510,17	0,01%	7.510,17	0,00	0,00%
Material de distribuição gratuita	6.500,00	0,01%	6.500,00	0,00	0,00%
Outros serviços de terceiros - pessoa	5.550,00	0,01%	5.550,00	0,00	0,00%
Despesas de exercícios anteriores	4.819,27	0,01%	4.819,27	0,00	0,00%
Total Geral	**76.211.935,68**	**-**	**75.671.059,61**	**540.876,07**	**-**

Fonte: SIOF Web – http://web.seplag.ce.gov.br/siofweb/siofweb.execucao.aspx.

8.3 Gestão da Arrecadação

O Departamento de Gerência Executiva do FERMOJU administra os recursos originários da arrecadação própria e dos Depósitos Judiciais. O desempenho da arrecadação no exercício financeiro foi de R$ 134,91 milhões, incluindo os Depósitos Judiciais do PIMPJ (R$ 63,89 milhões), os rendimentos financeiros dos saldos bancários (R$ 8,03 milhões) e as receitas próprias (R$ 46,37 milhões).

Demonstrativo das Receitas do TJCE 2011 – Sefin/Fermoju

Mês	Receitas Fermoju	Rendimentos Fermoju	Receita Depósito Judicial (PIMPJ)	Rendimentos Depósto Judicial	Total de Receitas Não Vinculadas	Acumulado Receitas não Vinculadas	Receita Vinculada Selos 85%	Acumulado Receitas Vinculadas	Geral Receitas
Jan	2.837.534,00	197.912,00	1.322.011,00	237.112,00	4.594.569,00	4.594.569,26	1.121.503,62	1.121.503,62	5.716.072,62
Fev	3.475.131,00	234.133,00	5.919.063,00	233.883,00	9.862.210,00	14.456.779,26	1.326.752,04	2.448.255,66	11.188.962,04
Mar	3.741.478,00	255.735,00	2.116.467,00	284.766,00	6.398.446,00	20.855.225,34	1.449.164,92	3.897.420,58	7.847.610,92
Abr	3.263.658,00	207.751,00	2.928.669,00	233.888,00	6.633.966,00	27.489.191,48	1.177.253,87	5.074.674,45	7.811.219,87
Mai	3.937.806,00	232.386,00	28.086.104,00	432.271,00	32.688.567,00	60.177.757,58	1.316.852,67	6.391.527,12	34.005.419,67
Jun	5.215.990,00	280.371,00	3.632.052,00	534.490,00	9.662.903,00	69.840.660,15	1.588.765,17	7.980.292,29	11.251.668,17
Jul	3.874.910,00	239.302,00	3.760.861,00	546.775,00	8.421.848,00	78.262.507,49	1.356.045,03	9.336.337,32	9.777.893,03
Ago	3.917.046,00	244.659,00	663.060,00	471.197,00	5.295.962,00	83.558.470,06	1.386.403,44	10.722.740,76	6.682.365,44
Set	4.409.956,00	273.979,00	9.596.002,00	672.476,00	14.952.413,00	98.510.883,78	1.552.549,88	12.275.290,64	16.504.962,88
Out	3.887.904,00	227.540,00	7.796.716,00	505.676,00	12.417.836,00	110.928.720,08	1.289.394,99	13.564.685,63	13.707.230,99
Nov	3.823.879,00	229.827,00	-1.928.155,00	504.845,00	2.630.396,00	113.559.115,39	1.302.351,69	14.867.037,32	3.932.747,69
Dez	3.981.285,00	301.976,00	0,00	486.985,00	4.770.246,00	118.329.361,92	1.711.199,75	16.578.237,07	6.481.445,75
Total	**46.366.577,00**	**2.925.571,00**	**63.892.850,00**	**5.144.364,00**	**118.329.362,00**	**-**	**16.578.237,07**	**-**	**134.907.599,07**

As receitas próprias incluem Receitas sobre Emolumentos (R$ 14,27milhões) e as oriundas das custas processuais (R$ 26,44 milhões), que obtiveram incremento de 17,03% e 34,18%, respectivamente, com relação ao exercício anterior. A arrecadação dos depósitos judiciais para o PIMPJ atingiu R$ 63,90 milhões, correspondendo a 50% dos valores

existentes no Banco do Nordeste do Brasil (instituição bancária que implementou a Conta Única dos depósitos sob aviso à disposição da justiça desde 2009).

8.4 Relação orçamento x receitas 2011

A arrecadação de recursos próprios apresentou desempenho superior ao previsto no orçamento inicial, proporcionando suplementação orçamentária de R$ 8 milhões. A gestão financeira possibilitou melhorar a remuneração das contas bancárias, gerando saldo financeiro na ordem de R$56,68 milhões para 2012.

8.5 Avanços alcançados

Em 2011, a Sefin obteve bons resultados, alcançando objetivos esperados, conforme segue:

- Negociação de melhores de taxas junto às instituições financeiras oficiais, visando à maximização das receitas do Fermoju;
- Implementação de controle diário da fila de trabalho, com o objetivo de garantir o pagamento aos credores, no menor espaço de tempo possível, buscando maior celeridade nos processos de despesas;
- Realização de remanejamento de colaboradores entre as diversas áreas internas, gerando melhor integração e divisão das atividades;
- Revenda da folha de pagamento ao Banco do Brasil, que gerou aporte financeiro de mais de R$ 1,0 milhão referentes aos saldos dos valores pactuados;
- Ampliação do leque de informações da execução orçamentária e financeira para o Portal da Transparência;
- Realização de estudos em cooperação com a Consultoria Jurídica, objetivando definição do termo de referência da licitação para contratação de instituição bancária oficial para gerir as contas de Precatórios.

- Realização de estudos junto à Seplag para viabilizar e adequar a comissão do orçamento participativo e a criação de Fundo de Segurança dos Magistrados (em andamento).

- Fornecimento de estudos orçamentários e financeiros para subsidiar o processo de negociação do Plano Plurianual (PPA) junto ao Governo do Estado, visando à viabilização e manutenção dos Projetos Estratégicos, em especial do orçamento participativo.

8.6 Atividades em andamento

- Solicitação de desenvolvimento do módulo de reserva e vinculação orçamentária à Setin, visando maior controle orçamentário;

- Capacitação para operar o novo sistema de execução orçamentária (S2GPR);

- Realização de estudos inicias, em parceria com a Corregedoria Geral e a Secretaria de Tecnologia da Informação, para desenvolvimento de projeto de implantação do Selo Digital (extra-judicial), o que trará significativos avanços em relação à segurança, racionalização dos custos, redução do tempo, eliminação de várias atividades manuais e, em especial, melhor controle social, podendo o cidadão acessar e conferir a veracidade do ato através da internet;

- Lançamento de Edital de contratação de consultoria para redesenho do Fermoju, com implantação de modelo de gestão e elaboração de Manual de normas e procedimentos;

- Readequação dos espaços da Sefin para favorecer o atendimento ao público e melhorar a gestão interna.

9 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Subordina-se a Secretaria de Gestão de Pessoas o Departamento de Gestão de Pessoas, em que estruturalmente está segmentado em 03 (três) Divisões, além do Núcleo de Terceirização e da Comissão de Estágio:

- Divisão de Recrutamento e Desenvolvimento de Pessoal: responsável pela realização de concursos públicos, estudos internos sobre a necessidade qualitativa e quantitativa de pessoal, inclusive estagiários, efetivação e planejamento de cursos internos e, ainda, pesquisa e indicação de cursos externos que sejam de interesse da Administração;

- Divisão de Pessoal: compete a Divisão a manutenção do sistema de registro dos dados funcionais, bem como lotação setorial (servidores/ magistrados/ terceirizados/ estagiários), controle de frequência e informação de processos de aposentadoria no que concerne aos vencimentos e vantagens auferidas;

- Divisão de Folha de Pagamento: responsável pelos registros financeiros (magistrados / servidores), informações de processos de concessão de direitos e vantagens (magistrados/ servidores), bem assim controle das consignações em folha de pagamento.

9.1 Descongestionamento dos Processos Administrativos

A Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará reduziu o estoque de processos administrativos em tramitação em 14.806 (catorze mil, oitocentos e seis) processos, no período de 31 de janeiro a 15 de dezembro de 2011. O dado é referente a processos físicos e digitais de servidores e magistrados do Poder Judiciário, representando 82,25% da quantidade total de processos que era de 18.001 (dezoito mil e um).

9.2 Recrutamento e Seleção de Pessoal

Durante o ano de 2011, foram nomeados 185 (cento e oitenta e cinco) candidatos com lotação no Tribunal de Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua e nas Comarcas do interior do Estado, distribuídos entre os cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária, Analista Judiciário – Execução de Mandados, Técnico Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário – Área Técnico-Administrativa e Técnico Judiciário – Área Técnico-Administrativa. Na atual

gestão, 121 (cento e vinte e um) servidores tomaram posse iniciando efetivamente o pleno exercício de suas funções, conforme discriminação na tabela abaixo:

Cargo	Quantidade	Lotação
Analista Judiciário – Área Judiciária	31	Interior
Analista Judiciário – Execução de Mandados	34	Interior
Técnico Judiciário – Área Judiciária	21	Interior
Analista Judiciário – Área Técnico-Administrativa	29	Capital – TJ
Técnico Judiciário – Área Técnico-Administrativa	6	Capital – TJ
Total	**121**	**-**

9.3 Comissão de Estágio

No que diz respeito à formação do estudante universitário, foram autorizadas 500 (quinhentas) vagas para estágio remunerado, de acordo com o Programa de Estágio do Poder Judiciário cearense. As vagas foram preenchidas mediante seleções realizadas pelas 15 (quinze) Instituições de Ensino Superior da Capital e do Interior do Estado, conveniadas com este Tribunal, totalizando a despesa anual de R$ 4.426.378,68 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos e setenta e oito mil e sessenta e oito), referente ao pagamento de bolsa-estágio e de auxílio-transporte.

9.4 Gratificação por Alcance de Metas e Gratificação de Estímulo à Interiorização)

Em 2011, restaram implantadas a Gratificação por Alcance de Metas (GAM) das Unidades Judiciárias e Administrativas, regulamentada pelas Portarias nº 1616, publicada em 08.11.2011 e nº 1746, publicada em 29.11.2011, no Diário da Justiça Eletrônico e a Gratificação de Estímulo à Interiorização (GEI), disciplinada pela Portaria nº 1246/2011, de 1º/10/2011, publicada no D.J de 9/09/2011.

Foram beneficiados com a Gam – Institucional 3.415 (três mil, quatrocentos e quinze) servidores enquadrados no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores do Quadro III do Judiciário, tendo sido concedido um total anual de R$ 36.224.070,77 (trinta e seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, setenta reais e setenta e sete centavos).

Em novembro de 2011, foi implantada a GAM - Unidades beneficiando 3.030 (três mil e trinta) servidores, representando um total de R$ 3.358.684,63 (três milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos), referente aos valores pagos no mês de novembro e dezembro.

Já a Gratificação de Estímulo à Interiorização (GEI) que objetiva estimular a lotação e permanência de servidores em comarcas do interior do Estado, contemplou 418 (quatrocentos e dezoito) servidores, totalizando R$ 624.785,19 (seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos) no período de outubro a dezembro de 2011.

9.5 Parcela Autônoma de Equivalência

A Resolução nº 16, de 09 de dezembro de 2010, disciplinou o pagamento de diferenças remuneratórias relativas à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) a magistrados, ativos e inativos, do Poder Judiciário do Estado do Ceará, bem assim às pensionistas de montepio.

Conforme Art. 1º, alterado pela Resolução nº 06/2011, de 15 de setembro de 2011, o pagamento do valor devido será realizado em 56 (cinquenta e seis) parcelas, com início em fevereiro de 2011 e término em março de 2016.

No exercício de 2011, por intermédio das Leis estaduais nº 15.007 e 15.008, de 04 de outubro de 2011, foram autorizados os pagamentos de 05 (cinco) parcelas da PAE, resultando em um montante de R$ 8.210.995,13 (oito milhões, duzentos e dez mil, novecentos e noventa e cinco reais e treze centavos).

9.6 Educação Corporativa

No exercício em alusão, o Serviço de Treinamento do Departamento de Gestão de Pessoas promoveu 85 (oitenta e cinco) treinamentos objetivando a capacitação e o aperfeiçoamento de servidores lotados, tanto na capital como no interior do Estado. Os cursos foram realizados interna e externamente, pois houve parceria com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará, tendo sido treinados 703 (setecentos e três) servidores, totalizando 12.845 (doze mil, oitocentos e quarenta e cinco) horas-aula.

Em relação à Educação a Distância, foram gerenciadas 03 (três) turmas do curso "Administração Judiciária", ministrado por servidores desta Corte, com carga horária de 40h/a, voltadas exclusivamente para magistrados, em parceria com o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça. O curso teve como objetivo o cumprimento da Meta 8 *(promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino a distância*). No total foram inscritos 106 (cento e seis) magistrados, sendo 31 (trinta e um) na primeira turma, 30 (trinta) na segunda e 45 (quarenta e cinco) na terceira.

Atualmente, todos os cursos à distância disponibilizados pelo Tribunal de Justiça vêm sendo ministrados em parceria com o CEAJUD – Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário (CNJ), INTERLEGIS – Comunidade Virtual do Poder Legislativo e Redes de Governo (rede de cooperação entre os seguintes Órgãos: Senado Federal, Assembleias Legislativas dos Estados, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, Câmaras Municipais, Câmara Legislativa do Distrito Federal e demais conveniados).

9.7 Reforma e modernização da Secretaria de Gestão de Pessoas

Com o objetivo de aproveitar o espaço físico da Secretaria, integrar por completo o Departamento de Gestão de Pessoas, bem assim alinhar as divisões e serviços à virtualização dos processos administrativos, em março de 2011, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação – Setin e a Secretaria de Administração – Secad, a Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP passou por mudanças significativas no que se refere a sua estrutura. Destaque-se: integração da Divisão de Folha de Pagamento, expansão do balcão de atendimento ao público do Departamento de Gestão de Pessoas, melhor aproveitamento do espaço físico, facilitando o fluxo de pessoas, organização dos locais de trabalho dos servidores, além da criação de espaço exclusivo para a instalação do Núcleo de Educação a Distância.

10 SECRETARIA JUDICIÁRIA

Além das atribuições institucionais desta Secretaria Judiciária, realizadas pelas unidades integrantes da estrutura organizacional, são igualmente desenvolvidas atividades diversas no Gabinete da SEJUD, consoante relacionadas nos tópicos a seguir, cabendo salientar o comprometimento de todos os seus servidores no sentido de cumprir fielmente as atribuições que lhes foram conferidas, contribuindo para a efetividade da função jurisdicional do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

10.1 Organização e Modernização dos Serviços Judiciários do Estado

Para a melhoria da virtualização judiciária foi necessária a reestruturação do Serviço de Protocolo, criando-se internamente um Núcleo de Digitalização do TJ/CE, onde os processos são digitalizados, indexados, migrados do sistema SPROC para o Sistema SAJ – SG.

Como contribuição ao processo de modernização ora vivenciado pelo judiciário cearense, bem como para atender as exigências do Conselho Nacional de Justiça, a Secretaria Judiciária traçou no ano de 2011 as seguintes ações:

a) Criação de Grupos de Trabalhos para diminuição da taxa de congestionamento

Grupo composto por 20 servidores, trabalhando em horário extraordinário, inclusive aos sábados, com o escopo de atualizar as movimentações processuais, publicando despachos, expedindo ofícios, mandados e cartas de intimações, decorrendo prazo, transitando em julgado e encaminhando processos para a origem ou para o arquivo.

b) Criação do Grupo de Redistribuição

Dada à criação e implantação do Órgão Especial e das 7ª e 8ª Câmaras Cíveis Isoladas houve a necessidade de promover a composição do acervo inicial desses órgãos julgadores, através da reclassificação e redistribuição de processos. Como estratégia, a SEJUD definiu que o acervo desses recém-criados órgãos julgadores seria recadastrado no novo sistema de virtualização do Poder Judiciário – SAJSG. Além disso, foram redistribuídos processos em função de aposentadorias e remoções de desembargadores. Como resultado do grupo, composto por 40 servidores, tivemos a redistribuição de 30.545 processos.

c) Criação do Grupo Gestor do Acervo de Processos Judiciais

Por meio do Provimento nº 27/2011, de 30 de setembro de 2011, com as designações contidas na Portaria nº 1378/2011, foi criado, em caráter permanente, o Grupo Gestor do Acervo de Processos Judiciais, com o escopo de propiciar um melhor acompanhamento das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e uma maior fidedignidade das estatísticas elaboradas por este Tribunal de Justiça, a partir da extração adequada dos dados que comporão os indicadores do Plano Estratégico do TJCE e do Relatório Anual Justiça em Números. Importa destacar, para tanto, a parceria havida entre a Secretaria Judiciária, a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão nos trabalhos relacionados à correção e atualização de dados e movimentações processuais, os quais, vale dizer, resultaram na "baixa definitiva" de cerca de 5.000 feitos nesta instância de 2º grau.

d) Estruturação do Núcleo de Digitalização de processos

Com a implantação do processo eletrônico no âmbito da 2ª. instância sobreveio a necessidade de se promover a digitalização das petições iniciais e intermediárias que tramitariam de forma digital. Para tanto foi redesenhado o layout do setor de protocolo de maneira a contemplar um espaço físico estruturado, com mobiliário próprio e equipamento para a atividade de digitalização e indexação de peças processuais. Ao mesmo tempo foi formada uma equipe de servidores, terceirizados e conveniados da Associação de Pais de Amigo de Deficientes Auditivos – APADA, para a realização de atividades de higienização, digitalização e indexação de peças processuais recebidas diariamente no Serviço de Protocolo, perfazendo um total de 62.527 documentos recebidos.

e) Estruturação do Plantão Judiciário

No intuito de conferir uma maior qualidade no serviço de apoio aos plantões judiciários, realizados aos sábados, domingos e feriados, a SEJUD designou um grupo específico de servidores, devidamente capacitados, para o desenvolvimento das atividades nos plantões, como o recebimento manual da peça inicial, numeração das folhas, estudo de prevenção e cumprimento de expedientes de urgência. No ano de 2011 foram recebidos durante o Plantão Judiciário **234 processos**.

f) Racionalização de procedimentos internos

Como forma de dar maior celeridade ao cumprimento das decisões que ensejam a elaboração de expedientes, como expedição de ofícios, definiu-se que estes passariam a ser assinados diretamente pela Secretária Judiciária, de ordem do Excelentíssimo Senhor Relator, a exemplo do ocorre no Superior Tribunal de Justiça. Neste contexto, foram expedidos, de ordem, 15.023 Mandados, Ofícios, Cartas e Certidões.

g) Celeridade no envio de processos para Tribunais Superiores

Visando maior celeridade no envio de processos para o STJ e STF, foram alocados dois servidores exclusivamente para digitalização e envio dos processos em sede de Recursos Especial e Extraordinário. No ano de 2011 restaram encaminhados, de forma digital, 358 processos cíveis (100 recursos para o STF e 258 para o STJ) e, de forma física, 81 processos criminais (10 recursos para o STF e 71 para o STJ).

h) Contenção de Gastos

O Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Meta 10, de 2010, estabelece que 90% (noventa por cento) das comunicações oficiais entre os órgãos de Poder Judiciário devem ser realizadas por meio eletrônico. Nesse sentido, visando ao cumprimento da referida meta de redução de custos, foram observadas as seguintes medidas:

- Implantação do Malote digital disponibilizado pelo CNJ – A Secretaria Judiciária, por orientação dos Tribunais Superiores, iniciou o envio de documentos e expedientes para órgãos externos ao Tribunal de Justiça, de forma eletrônica, diminuindo dessa forma custas operacionais, como por exemplo, postagem pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT);

- Incremento no uso do serviço externo – Para entrega de autos e ofícios junto a demais unidades do Poder Judiciário e outros órgãos localizados nas circunscrições de Fortaleza, o Serviço de Malote do TJCE disponibiliza um servidor para trabalho externo;

- Expedição de Mandados - Para o cumprimento de despachos, visando à intimação pessoal da parte, a Secretaria Judiciária tem expedido Mandado de Intimação ao invés de Carta de Intimação, dentro da Cidade de Fortaleza.

Resultados obtidos:

- Redução em média de 4% (quatro por cento) no uso do Serviço dos Correios (Cartão Postal do TJCE - 60379359) para despachos de objetos oriundos das unidades jurídicas e administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no interstício de 2010/2011.

Ainda no item Contenção de Gastos, a Secretaria Judiciária, tem diminuído os custos com telefonia, sugerindo aos Diretores de Departamento o acompanhamento mensal das ligações telefônicas efetuadas. Para tanto, acompanha de forma gradual, inclusive expedindo ofício parabenizando o setor, quando atinge a Meta 6 de 2010, estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ.

i) Cumprimento de Mandados

Durante o exercício de 2011, foram encaminhados, até a data de 30/12/2011, 6.974 mandados, sendo que destes, 6.925 foram devolvidos cumpridos, findando o mês de dezembro/2011 com um percentual de cumprimento de 99,3%, apenas 49 (quarenta e nove) mandados em cumprimento, tratando em sua maioria de mandados distribuídos no período do recesso e ainda em diligências, para o seu efetivo cumprimento.

10.2 Fornecimento de Informações a Outros Órgãos

Outra atribuição da SEJUD é o recebimento de expedientes relativos a processos judiciais e administrativos, em tramitação neste egrégio Tribunal, procedendo-se o devido encaminhamento aos Desembargadores Relatores e aos Juízes da Capital e do Interior do Estado do Ceará, por intermédio da expedição de ofícios.

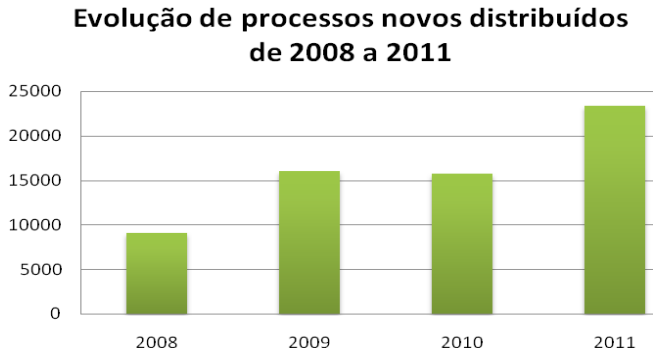
Fornece, também, à douta Presidência desta Corte, subsídios para elaboração de informações inerentes aos processos judiciais e administrativos da competência deste egrégio Tribunal de Justiça, solicitadas por outros órgãos públicos e privados, cujos relatores se encontrem afastados de suas funções jurisdicionais, em razão de aposentadoria, de gozo de férias e conforme determinação do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Tribunal.

10.3 Planejamento, Organização e Controle das Atividades Auxiliares do TJCE

a) Distribuição dos feitos

Com a implantação do processo digital, todos os processos originários ou recursos ingressos no TJCE tramitam de forma eletrônica, através do SAJSG, fato que tem conferido uma maior celeridade no cadastramento e distribuição dos feitos, racionalização e otimização de recursos e do espaço físico do Tribunal de Justiça.

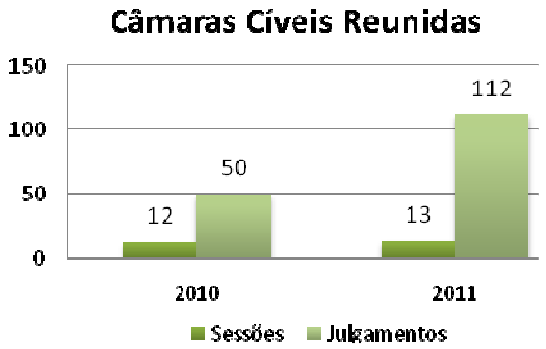
Entre as demandas ingressas nesta egrégia Corte de Justiça, pela via originária e recursal, bem assim os feitos redistribuídos por diversas razões (entre elas a criação do Órgão Especial, as aposentadorias dos eminentes Desembargadores Lincoln Tavares Dantas, Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque, as remoções dos eminentes Desembargadores Francisco Darival Beserra Primo e Paulo Camelo Timbó e, ainda, a permuta havida entre os eminentes Desembargadores Inácio de Alencar Cortez Neto e Lincoln Tavares Dantas), somam-se 53.238 processos distribuídos/redistribuídos.

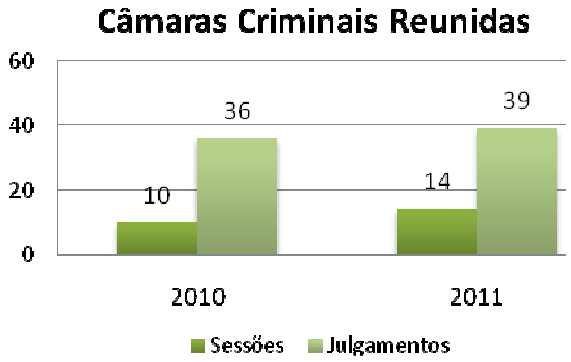


*Dados de 2008, 2009, 2010 coletados da revista judiciário em foco 2009-2011.

b) Preparo de processos para julgamento

Compete à SEJUD o preparo integral dos processos para julgamento das Câmaras Cíveis Reunidas e Câmaras Criminais Reunidas, ou seja, a elaboração de pautas e certidões de julgamento.



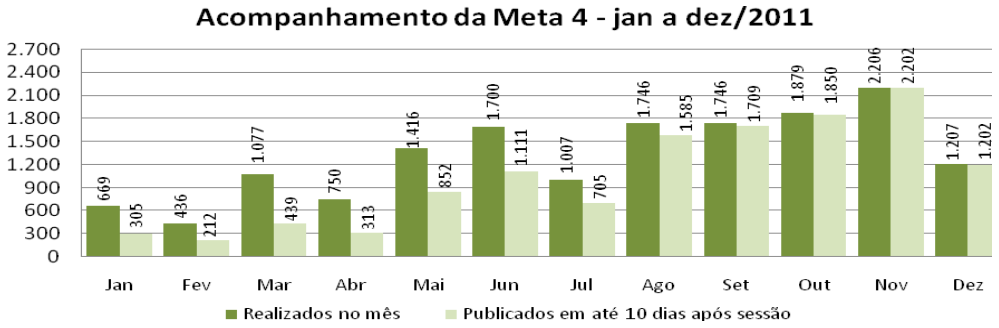


c) Emissão, divulgação e publicidade de decisões judiciais e atos processuais e administrativos

Os Departamentos Cível e Criminal são as unidades administrativas da Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça às quais compete o recebimento e preparo dos processos cíveis e criminais; expedição de informações, notificações, citações e intimações; emissão de certidões, atos e termos processuais; remessa de processos ao relator, à distribuição, à origem, ao arquivo e aos Tribunais Superiores.

d) Publicação de acórdãos

Aspirando ao cumprimento da meta 4/2010 do Conselho Nacional de Justiça, que fixa o prazo de 10 (dez) dias para publicação de acórdãos, após a sessão de julgamento, foi realizado um trabalho de sensibilização junto aos gabinetes dos eminentes relatores, bem assim as unidades que cuidam da publicidade dos julgamentos, pelo qual se observou uma crescente adequação ao parâmetro fixado, chegando, no mês de dezembro, a **99,59% (noventa e nove vírgula cinquenta e nove porcento) de cumprimento** da referida meta. Vale consignar, ainda, que o cômputo de publicações de acórdãos, durante o exercício de 2011, totaliza 19.193 acórdãos.

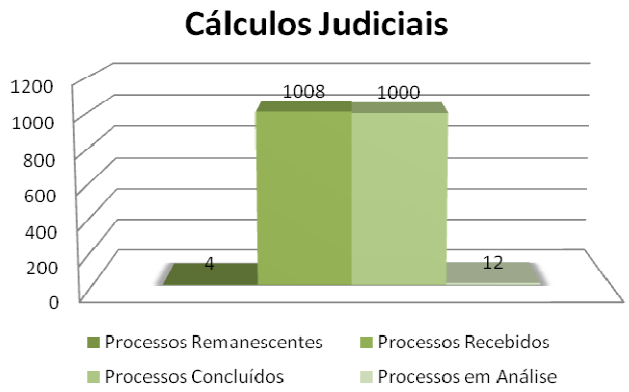


e) Remessa de processos e publicação de despachos/decisões

Descrição	Cíveis	Criminais	Total
Publicação de despachos/Decisões	16.091	926	17.017
Remessa de processos para PGJ	5.302	6.577	11.879
Intimação do MP em processos	5.932	3.730	9.662
Remessa de processos para origem	10.259	3.025	13.284
Remessa de processos para o arquivo	3.818	1.716	5.534
Remessa de processos para STJ	258	71	3.29
Remessa de processos para STF	100	5	105

10.4 Elaboração de Cálculos Aritiméticos e Judiciais

No ano de 2011, o Serviço de Cálculos Judiciais realizou atualizações de valores em processos administrativos e cíveis, perfazendo um total de 2.024 cálculos judiciais em processos que tramitam nesta Corte, em processos cíveis oriundos de Comarca dos interior, bem assim em precatórios requisitórios do Estado do Ceará, do Município de Fortaleza e demais municípios do Estado do Ceará.



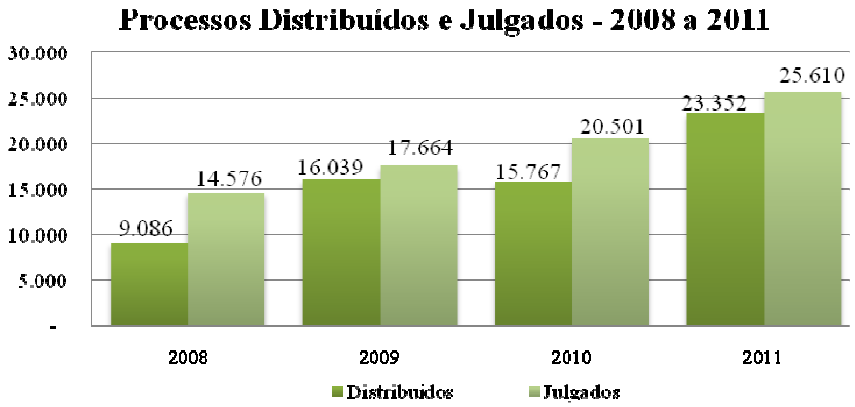
A SEJUD, em busca de uma padronização na metodologia de cálculos judiciais, promoveu visita à Justiça Federal, no Serviço de Cálculos daquele órgão, definindo assim um canal de comunicação para troca de experiência e capacitação entre os servidores do TJCE e da Justiça Federal.

10.5 Elaboração de Estatísticas Judiciais

O Serviço de Estatística e Jurisprudência é a unidade responsável pela demonstração da evolução dos Serviços prestados no Tribunal de Justiça do Ceará. Mensalmente o setor disponibiliza para a Presidência e Vice-Presidência do TJCE quadros demonstrativo das prestações jurisdicionais prestadas no âmbito desta egrégia Corte:

Órgão Julgador	Total de Processos Julgados
Pleno	480
Órgão especial	408
Câmaras Reunidas - cíveis	112
Câmaras Reunidas - criminais	39
1ª Câmara Criminal	2.176
2ª Câmara Criminal	2.739

Órgão Julgador	Total de Processos Julgados
1ª Câmara Cível	1.947
2ª Câmara Cível	1.760
3ª Câmara Cível	1.462
4ª Câmara Cível	1.314
5ª Câmara Cível	3.186
6ª Câmara Cível	2.453
7ª Câmara Cível	1.300
8ª Câmara Cível	540



*dados de 2008, 2009, 2010 coletados da revista judiciário em foco 2009-2011.

No ano de 2011, a Secretaria Judiciária trabalhou no sentido de perseguir o cumprimento das metas fixadas por esta egrégia Corte e pelo Conselho Nacional de Justiça, sem olvidar da importância do atendimento dispensados aos jurisdicionados caso a caso, almejando, sempre, o nobre propósito de contribuir para a construção de uma Justiça célere e eficaz.

Cônscia da importância de que cada situação posta à apreciação do Poder Judiciário se traduz na perspectiva de paz e harmonia social, a Secretaria Judiciária vislumbra, sob prisma das intensas modificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a maior proximidade com os objetivos traçados no Planejamento Estratégico 2010/2014, especialmente quanto à visão de "Ser reconhecido pela sociedade como modelo de instituição moderna, ética e que assegure o direito e a cidadania".

Através da Lei estadual nº 14.916, de 03 de maio de 2011, a Secretaria de Recursos Humanos e Gestão do FERMOJU passou a denominar-se Secretaria de Gestão de Pessoas, órgão central incumbido de desenvolver e administrar os recursos humanos, incluindo recrutamento, seleção e treinamento. Compete a Secretaria planejar, organizar, administrar, fiscalizar e controlar o quadro de carreiras, vencimentos, vantagens e benefícios, registro funcional dos servidores, magistrados, terceirizados, estagiários, bem como aplicação de regime disciplinar.

11 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

11.1 Capacitação das Pessoas: Por uma Setin mais Especializada

Visando o aprimoramento profissional do seu corpo funcional, durante o ano de 2011, a Setin aumentou significativamente a quantidade de servidores treinados, com especialização e certificação. Foram realizados um total de 87 treinamentos, dentre eles 32 na Escola de Gestão Pública, 47 no TJCE e 04 no Conselho Nacional de Justiça, além de seis certificações e especializações

11.2 Plano Estratégico da Tecnologia da Informação e Comunicação (2011 – 2015)

A partir da conscientização e do entendimento acerca da importância da ferramenta de Planejamento Estratégico, como forma de viabilizar uma administração com qualidade, a Setin trabalhou, em 2011, na elaboração do seu Plano Estratégico de TI, que foi aprovado pelo Órgão Especial e publicado no dia 11/11/2011 no Diário da Justiça Eletrônico.

Neste plano, a Setin definiu como missão: **Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) efetivas auxiliando o Judiciário Cearense no cumprimento de sua função institucional.**

11.3 Implementando Ações de Governança de TI

No exercício de 2011, o TJCE firmou contrato contemplando serviços de suporte técnico local, suporte técnico remoto, garantia de evolução tecnológica continuada, protocolação eletrônica, monitoria de ambiente e serviços sob demanda para atender à solução de virtualização judicial e administrativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Realizou-se, outrossim, melhoria e implantação de processos de gestão operação da infra-estrutura de tecnologia da informação utilizando modelos internacionalmente reconhecidos como o Information Technology Infrastructure Library (ITIL).

De mais a mais, restou implantada a governança de projetos através da metodologia de gerenciamentos de projetos regulamentada pela Secretária de Planejamento por meio da Resolução Nº. 13/2011, visando garantir o alinhamento entre o planejamento estratégico do Poder Judiciário, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e os esforços gerenciais para a realização de projetos.

11.4 Reorganização da Setin com base nas Melhores Práticas de Governança de TI

Cada unidade funcional da Setin teve suas atribuições redefinidas, de forma a ser responsabilizado pelo alcance de metas de pelo menos um indicador estratégico definido no Plano Estratégico de TI (PETI).

11.5 Setin Itinerante

Implantou-se em 2011 o projeto Setin Itinerante, no qual, uma semana por mês a equipe de gestores despacha fisicamente a partir das dependências das diversas unidades do Poder Judiciário, com o objetivo de interagir cada vez mais com todos os usuários de TIC. O Fórum Clóvis Beviláqua foi a primeira unidade contemplada.

11.6 Setin gerando Economia para o Poder Judiciário

Através de negociação e renegociação dos contratos de TI, a Setin gerou considerável economia para o Poder Judiciário, no montante de R$ 781.786,86.

11.7 Re-estruturação dos Grupos de Trabalho do Programa de Virtualização

Objetivando o aperfeiçoamento da implantação do processo eletrônico, bem como assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva e conferir continuidade ao Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foram reformulados os Grupos de Trabalho, de acordo com as Portarias 1767/11 e 1768/11 do Diário da Justiça Eletrônico. Os grupos foram divididos em Gerentes de Projetos, Especialistas, Técnicos e Analistas de Negócios, sendo os três primeiros supervisionados pela Setin e o último pela SEJUD.

11.8 Redução do Acervo dos Processos Administrativos Recebidos pela Setin em 2011

Ao longo de 2011, a Setin efetivou uma redução de 92,19% dos seus processos administrativos, findando o ano com 239 processos, frente aos 3.064 recebidos em janeiro do mesmo ano.

11.9 Projetos da Setin

A Setin iniciou o ano de 2011 com 37 projetos em andamento. Durante o ano foram cancelados 09, concluídos 14 e acrescidos 34 novos projetos, alinhados com o Planejamento estratégico de TIC. A Setin conclui o ano com 48 projetos em andamento no seu portfólio.

11.10 Virtualização Processual de 1º Grau

Ao logo do ano foram distribuídos 1.119 processos físicos e 47.902 processos digitais, com a utilização de 17 fluxos de trabalho e com 57 unidades virtualizadas: 09 Varas da Fazenda Pública; 06 Varas de Execuções Criminais e Crimes contra a Ordem Tributária; 01 Vara de Execução Penal; 04 Varas da Infância e Juventude; 01 Vara de Execução de Medidas Sócio-Educativas; 18 Varas Criminais e 18 Varas de Família.

Além do acervo virtualizado, os processos das Varas de competência Criminal/ Juri/ Trânsito/ Tóxico/ Auditoria Militar/ Penas Alternativas - área criminal, anteriores a agosto de 2007, foram migrados do banco de dados MUMPS (Sistema Crime/MPS INFORMÁTICA) para o banco de dados ORACLE (Sistema SPROC), possibilitando posterior migração dos referidos processos para o sistema SAJPG.

11.11 Virtualização Processual de 2º Grau

A partir da implantação do processo eletrônico em todos os órgãos julgadores do Tribunal de Justiça (Câmaras Cíveis Isoladas, Câmaras Criminais Isoladas, Câmaras Cíveis Reunidas, Câmaras Criminais Reunidas e Tribunal Pleno), todo processo ou recurso originário protocolado no Tribunal de Justiça tramita de forma digital, garantindo, assim, uma maior celeridade na tramitação.

Nas 7ª e 8ª Câmaras Cíveis e Órgão especial, promoveu-se a migração e redistribuição dos respectivos acervos, de maneira que tais órgãos operam, exclusivamente, com o sistema SAJSG.

11.12 Implantação do Peticionamento Eletrônico através do Portal e-SAJ

Como forma de diminuir a carga de serviços dos setores de protocolo e distribuição, implantou-se o peticionamento pela Internet, que dispensa o protocolo tradicional e a digitalização de peças, além de agilizar os trabalhos de autuação, promover a ampliação do

atendimento e comodidade aos operadores do direito – o peticionamento eletrônico funciona como um protocolo disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, acessível pela Internet. Pontua-se ainda economia de recursos, tanto para os operadores, quanto para o poder judiciário, uma vez que o peticionamento eletrônico reduz o uso de papel, máquinas, pessoal e tempo, dando maior celeridade na tramitação de processos.

11.13 Implantação dos Núcleos Fixos e Móveis de Digitalização no PG e SG

Os núcleos fixos (TJ e FCB) dispõem de uma estrutura própria, em termos de pessoal e equipamentos, para digitalizar e indexar as petições iniciais e intermediárias chegadas ao protocolo, relativas às unidades já virtualizadas, viabilizando, desta forma, a tramitação do processo eletrônico. Já os núcleos móveis (TJ e FCB) trabalham a conversão para o formato eletrônico do acervo de processos em tramitação. Garantiu-se, desta forma, a independência do poder judiciário em relação às empresas prestadoras deste tipo de serviço, com qualidade, segurança e redução de custos.

11.14 Virtualização Administrativa

Módulos Implantados	Observação
Gestão de Patrimônio (SIP)	Sistema implantado em MAIO/2011 e em constante customização para atender às necessidades do Serviço de Almoxarifado.
Medições de Obras Civis (SMO)	Durante o ano de 2011, o levantamento de requisitos foi finalizado e a implantação ocorreu em JAN/2011.
Custas e Orçamentação de Obras Civis (SCO)	Em 2011 o levantamento de requisitos foi finalizado e o sistema foi implantado em MAR/2011.

Módulos em Implantação	Observação
Comunicação com cartórios extrajudiciais (PEX)	Homologação do PEX. Após a instalação do PEX (num ambiente de homologação), foram realizados vários testes e apresentações do portal para os representantes de cada setor que irão se beneficiar desse projeto. Todas as reclamações e sugestões já foram anali

Módulos em Implantação	Observação
Compras e Licitações (SCL)	Foram realizadas reuniões com os setores envolvidos e concluído o levantamento de todo o fluxo de trabalho do Processo de Compra, desde o pedido do material, até sua entrega após licitação e compra. Estão sendo feitas as últimas alterações no sistemas par
Gestão de Recursos Humanos (GRH)	Por se tratar de um dos maiores sistemas da solução SAJ-ADM, durante todo o ano se trabalhou na especificação de requisitos. A fase de levantamento dos principais requisitos já foi concluída e atualmente está na fase de ajuste dos dados a serem migrados.
Promoção, Designações e Benefícios de magistrados (PDB)	Em fase de customização das funcionalidades do sistema PDB relativas à Designação e Benefícios de Magistrados. Também foi definida a composição do grupo gestor do sistema PDB.

Quanto ao Sistema de Recursos Humanos, foram realizadas atividades de adequação do sistema e automatização relativas ao enquadramento de servidores ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - PCCR nos meses de abril e novembro de 2011. Iniciaram-se, paralelamente, os trabalhos de migração de banco de dados e atualização do sistema legado de Recursos Humanos (SGFU).

Um grande avanço foi dado também em relação sistema de Folha de Pagamento (SIPP), realizando-se, em dezembro de 2011, a migração do banco de dados para uma tecnologia atual, o que proporcionou um ganho significativo de desempenho para os trabalhos da Divisão de Folha de Pagamento. Restou implementada e personalizada um novo tipo de folha suplementar, a folha da PAE, que possui características distintas das demais folhas atualmente em uso no sistema SIPP e representou um trabalho significativo dentro do ano de 2011. Foram executadas, outrossim, atividades de adequação do sistema e automatização relativos à GEI, GAM, RRA e PCCR.

Relativamente ao FERMOJU, foram realizadas adaptações nos sistemas SisGuias e SelosExtra, de modo a permitirem sua integração com o Portal Extrajudicial – PEX (módulo integrante do projeto de virtualização administrativa), possibilitando a utilização de quaisquer desses sistemas através de um único login. Também foram implementadas melhorias no processo de baixa de selos pendentes, facilitando a integração de dados entre nosso sistema e os sistemas utilizados pelos cartórios.

O projeto do Selo ExtraJudicial Digital teve suas atividades iniciadas com a realização de atividades de *benchmarking*, bem como visitas a outros Tribunais, de modo a realizar troca de experiências e incrementar as possibilidades de serviços a serem oferecidos pelo novo sistema. Vale ressaltar que referido projeto, ao permitir a virtualização dos selos extrajudiciais, agregará maior controle e facilidade nas atividades de correição, maior transparência à sociedade na validação dos documentos expedidos pelos cartórios do Estado, permitindo, ademais, a redução de custos por parte do TJCE, a minimização do risco de fraude e a eliminação do risco de roubo dos selos.

Elenca-se, por último, os novos sistemas e portais o desenvolvidos pela Setin ao longo do ano: SLNT - Sistema de Levantamento de Necessidades de Treinamentos; CEPP - Coletor Estatístico Pai Presente; Sistema de Mutirão de reconhecimento de paternidade; Sistema de boas práticas dos setores de TJCE; Controle de Recebimento de Caixas de Processos; Portal para a Auditoria de Controle Interno do TJCE; Portal "Conhecendo o Judiciário"; Portal para divulgação da META 5; Portal da Comissão da Infância e Juventude; Portal da Comissão de Gestão da GAM; Portal do Juizado da Mulher; Portal da revista eletrônica DIKE e reestruturação do Portal da ESMEC.

11.15 Infraestrutura

Dentre os avanços, podemos destacar as seguintes melhorias:

a) Conectividade

- Migração dos Links de Dados da tecnologia *Frame-Raley* para MPLS;
- Interligação do Tribunal de Justiça e da Comarca de Fortaleza à Rede de Dados GIGAFOR – ETICE;
- Implantação do 2º canal de comunicação com a Rede Mundial de computadores – Internet;
- Otimização e organização da rede de dados.

b) Correio eletrônico (email)

- Instalação do segundo servidor (equipamento) para acesso pela internet, aumentando a disponibilidade do correio eletrônico desse Tribunal;
- Aumento do espaço (discos) do Correio Eletrônico, aumentando a capacidade de armazenamento dos dados;
- Alteração do servidor de correio eletrônico de todos os prestadores de serviço, onde não é mais utilizado o servidor de correio eletrônico do TJCE;
- Atualização do Sistema Operacional do sistema que bloqueia mensagens indesejáveis (apliance Ironport - antispam), melhorando a segurança das mensagens recebidas pelo correio eletrônico do TJCE.

c) Segurança da Informação

- Implantação nas Unidades do Poder Judiciário da Capital, da nova solução de segurança de Firewall (barreira de segurança) e IPS (detecção de intrusão);
- Atualização da versão do antivírus em todos os servidores do TJ, aumentando a segurança da rede de dados desse Tribunal;
- Segregação da rede de dados dos equipamentos de informática (servidores) em uma rede específica e diferente da do Centro de Documentação e Informática – CDI, melhorando assim a segurança e mitigando riscos;
- Implantação de através de listas de controle de acesso (access-lists) na rede de dados do 3º pavimento do TJCE (Gabinetes dos Desembargadores), provendo uma maior segurança;
- Implantação de autenticação e controle na utilização da rede WIFI do CDI;
- Atualização do sistema operacional dos computadores servidores para o *Microsoft Windows Server 2008 R2*;

- Atualização do sistema operacional de virtualização (*vmware*), melhorando a performance do ambiente de servidores de aplicação dos sistemas desse Tribunal.

d) Melhorias na infraestrutura dos Sistemas Processuais e Administrativos

- Aquisição de 1.500 nobreaks para microcomputadores das Comarcas do interior;
- Aquisição de modernos notebooks para os Desembargadores, para o Pleno Tribunal de Justiça e para as Câmaras Isoladas e Reunidas;
- Estruturação do Juizado Móvel (ligado à 10º Juizado Especial Cível e Criminal) com notebooks, impressoras e módulos inversores;
- Migração dos sistemas SPROC e SAJADM para a versão mais moderna do banco de dados, aumentando a disponibilidade e desempenho dos mesmos;
- Otimizações de consultas e criação de visões materializadas para o Projeto Sexta em Dia no sistema SPROC;
- Implantação de um distribuidor/balanceador de carga das aplicações (Netscaler) para os sistemas SAJPG, SAJSG e SAJADM;
- Houve a implementação, homologação e ativação do balanceamento das Protocoladoras Eletrônicas, com o intuito de deixar as mesmas com alta disponibilidade para o ambiente, evitando incidentes para os sistemas de virtualização;
- Preparação do ambiente de homologação para o sistema Processo Judicial Eletrônico - CNJ, onde foi disponibilizado um servidor para banco de dados (Postgree) e um servidor para a aplicação, tornando viável a homologação do sistema para a Divisão de Sistemas;
- Migração do sistema crime, do ambiente MUMPS da MPS, conhecido também como TELNET, para o SPROC no Oracle, que compreendeu o período dos

anos de 1994 a 2007 e faixa '0000' (processos anteriores a implantação do sistema crime no Mumps);

- Migração do sistema da Folha de Pagamento para uma nova versão de Banco de Dados (Microsoft SQL 2008), melhorando consideravelmente o desempenho e segurança dos procedimentos do referido sistema;
- Aquisição de impressora que permite imprimir nos cartões do Certificados Digitais (SmartCard – PVC).

e) Colaboração

- Implantação de servidor de conteúdo (Sharepoint) em produção;
- Implantação do comunicador instantâneo, com suporte a chat e videoconferência (Spark/Openfire), Jitsi;
- Melhorias implementadas nos portais do Judiciário na Internet e Intranet;
- Implantação do Redmine para gestão das Demandas;
- Implantação do Bizagi para desenho de processos de trabalho.

11.16 Central de Atendimento: Aperfeiçoamentos Contínuos dos Serviços de TI

Melhorias Implementadas	Antes	Depois
Acréscimo da Equipe	35 COLABORADORES (Operadores, Técnicos, Especialistas e coordenadores).	72 COLABORADORES (Operadores, Técnicos, Especialistas e coordenadores).
Atendimento mais ágil	Cada grupo de especialidade só continha um único especialista	Hoje todos as especialidades tem pelo menos 2 pessoas para execução das atividades
	A quantidade de chamados estimada era de 325 chamados por dia	Hoje atendemos em média 656 chamados por dia

Melhorias Implementadas	Antes	Depois
Pesquisa de Satisfação	Não havia medição do índice de satisfação	Hoje temos um índice de satisfação que beira os 94%
Aperfeiçoamento dos Procedimentos	Os chamados eram solicitados muitas vezes verbalmente, muitos deles sem o devido registro.	Hoje todos os chamados são registrados por telefone, por e-mail e pela intranet. Há um procedimento de atendimento a cada um destes, fazendo com que o atendimento seja cada dia mais eficiente e rápido.
	Cultura de atendimento presencial	Hoje temos uma equipe definida somente para atendimento remoto. Há uma tentativa de atendimento remoto inicial, que visa agilizar o atendimento junto ao cliente e resolver o mais rápido possível o incidente ou requisição de serviço solicitado.
	Existência do serviço de monitoramento, mas não totalmente estruturado	Hoje temos um sistema de monitoramento eficiente. Com ferramentas Pandora, Grid Control e system center e execução de scripts diários para monitoramento de aplicações e serviços do TJCE

O suporte ao usuário foi otimizado com a utilização do suporte remoto, através da ferramenta AUTOMATOS. Além disso, alguns serviços de suporte foram repassados ao CATI, garantindo uma ampliação do atendimento.

11.17 Ampliação do acesso à rede de informática

Em 2011, a Setin iniciou trabalho de ampliação do acesso à rede de comunicação do Judiciário cearense. Dessa forma, 40 das 45 comarcas vinculadas que não tinham acesso à rede já estão integradas.

12 AUDITORIA ADMINISTRATIVA DE CONTROLE INTERNO

O Controle Interno do TJCE busca em suas atividades contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços, para a racionalidade dos gastos públicos e para o combate ao desperdício, estimulando a prática de ações voltadas para o aperfeiçoamento dos processos e dos procedimentos. Com essas premissas, a Audin apresenta a síntese de suas principais atividades no ano de 2011.

12.1 Auditorias Programadas e Demandadas

No curso do ano de 2011 foram realizadas as atividades abaixo relacionadas:

a) 09 Auditorias de Processos Operacionais ou de Regularidade;

b) 06 Auditorias de Contratos;

c) 07 Auditorias Especiais.

12.2 Planejamento e Prestação de Contas

a) Elaboração e apresentação à Presidência do TJCE do Relatório de Atividades de Auditoria de 2010 e do Plano Anual de Atividades de Auditoria de 2011;

b) Análise e certificação da Prestação de Contas de 2010 do TJCE e do FERMOJU;

c) Análise e certificação dos Relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária.

12.3 Acompanhamento da Gestão

a) Análise prévia de Projetos Básicos/Termos de Referência e emissão de pareceres sobre atos administrativos;

b) Monitoramento da Execução Orçamentária.

12.4 Atividades Complementares

a) Disseminação da cultura de controle interno

Para estimular cada vez mais o interesse e o compromisso dos gestores e servidores do TJCE pela prática de ações de controle, a Audin realizou, em 2011, o "I Ciclo de Palestras sobre Controle na Administração Pública" e o "1º Seminário Interno de Auditoria".

O primeiro evento teve como público-alvo magistrados, gestores e servidores do Poder Judiciário, bem assim convidados de órgãos externos. Foram realizadas seis palestras sobre o tema, proferidas por expoentes das áreas de controle da União e do Estado do Ceará que, ao demonstrarem desprendimento e compromisso com o Serviço Público, compartilharam com os presentes seus conhecimentos e experiências.

O segundo evento serviu para nivelar e integrar a equipe sobre os procedimentos de auditoria, postura de abordagem e melhoria na comunicação escrita, e possibilitou debates sobre ações e procedimentos de interesse do grupo a serem implementados ou aprimorados em 2012.

Evidencie-se que na palestra da Secretária de Controle Interno do CNJ, proferida no "Ciclo de Palestras", foi ressaltada a atuação do Controle Interno do TJCE: "É um dos mais atuantes e eficientes dos Tribunais do País". Registre-se que, em 2007, a visão de futuro da Auditoria Interna era "ser reconhecida, até 2010, como referência em termos de controle interno no âmbito do Poder Judiciário".

Na mesma oportunidade, a Secretária fez questão de destacar também a atuação do TJCE: "Na gestão do desembargador José Arísio Lopes da Costa, o Tribunal de Justiça se tornou um dos grandes parceiros do Conselho Nacional de Justiça".

b) Pesquisa de Percepção dos Trabalhos de Auditoria

Como parte da monografia de conclusão de curso de Especialização em Auditoria de uma componente da equipe da Auditoria Interna, os resultados da pesquisa de "Percepção dos Auditados" mostram reconhecimento dos esforços já empreendidos, pois, em média, 86% dos pesquisados avalizaram como consequentes e efetivas as atividades da área de controle interno do TJCE, com evidência para os itens de proficiência técnica e confiança, ambos com aprovação de 96%.

Ainda que esses percentuais sejam marcantes, a Auditoria Interna entende que há mais ainda por fazer para que as suas atividades se desenvolvam dentro dos melhores padrões

de controle interno, sedimentando no Poder Judiciário em bases sólidas as culturas de controle e riscos.

12.5 Considerações Gerais

a) Intercâmbio de Informações com o CNJ

Por convite do CNJ, a Auditora-Chefe de Controle Interno do TJCE proferiu, em Brasília, palestra sobre o tema "O Controle Interno na Justiça Estadual", como parte dos painéis do 1º Encontro das Unidades de Controle Interno do Poder Judiciário Estadual, com troca de informações com os Tribunais de Justiça presentes ao evento.

b) Controles Internos

As ações desenvolvidas pela AUDIN refletem evolução do processo de consolidação do sistema de controles internos administrativos do Poder Judiciário cearense e sinalizam grandes desafios diante das inúmeras iniciativas que se mostram necessárias a criação das condições básicas de um Sistema de Controles Internos eficaz.

c) Monitoramento

É relevante argumentar sobre a importância de que se reveste o acompanhamento pelos gestores das recomendações feitas pela AUDIN visando a maior efetividade na sua implementação, pois os resultados das ações certamente refletirão, no futuro, melhorias significativas nos processos operacionais, administrativos e de gestão.

d) Gerenciamento de Riscos Operacionais

Um Sistema de Controle é composto de cinco elementos relacionados entre si e presentes em:

a) ambiente de controle;

b) atividades de controle;

c) avaliação e gerenciamento de riscos;

d) informação e comunicação;

e) monitoramento.

Entre estes, são de essenciais importâncias a disseminação da cultura de controles e do gerenciamento sistemático de riscos operacionais, como prevenção da possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas.

Nas reuniões de encerramento de trabalhos de auditoria, as falhas e as atecnias porventura observadas são discutidas com os gestores e com os responsáveis pelos processos auditados, com o objetivo precípuo de se identificar ações que impeçam a repetição dos fatos, minimizando riscos e aprimorando controles.

13 ASSESSORIA DE CERIMONIAL

A Assessoria de Cerimonial tem como principal objetivo planejar, coordenar e executar as atividades de cerimonial no âmbito do Judiciário cearense, prestando, ainda, assessoramento qualificado ao Presidente do TJCE nos assuntos correlatos.

Seguem as atividades desenvolvidas em 2011:

13.1 Eventos

JANEIRO

Data	Hora	Evento	Local
31/01/2011	16h	Transmissão do Cargo da Corregedoria	CORREGEDORIA

FEVEREIRO

Data	Hora	Evento	Local
07/02/2011	17h	Posse Novo Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	FORUM
18/02/2011	17h	Posse Seis Novos Desembargadores - Francisco José Martins Câmara - Valdsen da Silva Alves Pereira - Francisco Darival Beserra Primo - Francisco Bezerra Cavalcante - Inácio de Alencar Cortez Neto - Washington Luis Bezerra de Araújo	PLENO

MARÇO

Data	Hora	Evento	Local
10/03/2011	17h	Posse Dr. Carlos Alberto Mendes Forte	PLENO
15/03/2011	8h30	Sessão de Instalação da 7ª Câmara Cível	PLENO

ABRIL

Data	Hora	Evento	Local
12/04/2011	9h	Audiência Pública que apresentará o resultado da 2ª fase concurso público dos notarial	PLENO (Plenário Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória)
29/04/2011	16h	Posse Procurador de Justiça Teodoro Silva Santos como Desembargador	PLENO

MAIO

Data	Hora	Evento	Local
09/05/2011	14h	20 anos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança: As diretrizes indicativas do melhor interesse da Criança no STJ	ESMEC
26/05/2011	16h	Posse Des. Carlos Rodrigues Feitosa como Desembargador	PLENO
31/05/2011	8h30	Sessão de Instalação da 8ª Câmara Cível	TJCE 2º Andar

JUNHO

Data	Hora	Evento	Local
20/06/2011	9H	Solenidade de Instalação e Posse do Órgão Especial TJCE	PLENO
28/06/2011	15h	Visita do Embaixador da Austria no Brasil, Hans-Peter Glanzer e do Cônsul da Alemanha no Brasil Thomas-Wulfing	TJCE

JULHO

Data	Hora	Evento	Local
08/07/2011	17h	Posse Magistrada Maria Iraneide Moura Silva como Desembargadora	PLENO TJCE

AGOSTO

Data	Hora	Evento	Local
11/08/2011	10h	Inauguração do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Juazeiro do Norte	Juazeiro do Norte
24/08/2011	9h	Reunião da Comissão de Segurança Permanente do TJCE com a cúpula da Segurança do Estado sobre o Tema "Segurança dos Magistrados da Capital e Interior	Auditório do Pleno 2º Andar
24/08/2011	15h	Ciclo de Palestras da Auditoria do TJCE "Controle da Administração Pública" com Min. Ubiratan Aguiar Com Conselheira Soraia Victor (14/09) com Min. Valmir Campelo (29/09) Com Conselheira Gláucia Elaine (21/10) Com Dr. João Melo e Des. Auricélio (11/11)	Corregedoria

SETEMBRO

Data	Hora	Evento	Local
21/09/2011	17h	Lançamento "Código de Divisão e Organização Judiciária"	Hall 1º Andar TJCE

OUTUBRO

Data	Hora	Evento	Local
21/10/2011	8h às 18h	I Seminário de Estudos sobre os Meios Alternativos de Solução de Conflitos	ESMEC

NOVEMBRO

Data	Hora	Evento	Local
09 e 10/11/11	10h	Reunião da Dra. Agamenildes Dias Arruda Vieira Dantas (Juíza do CNJ) com Gestores Municipais do Ceará referente a Pagamento de Precatórios	Auditório da Corregedoria
14/11/2011	11h	Solenidade de Instalação da 23ª JECC	Bloco Z Unifor
17 e 18/11/11	9h às 11h30 e 14h às 17h	Ciclo de Palestra para Notários e Registradores	Auditório da Corregedoria
23/11/2011	15h	Inauguração do Novo Serviço de Precatórios e entrega de Alvarás de Pagamentos	TJCE
24/11/2011	8h30m	Abertura do V Seminário sobre Conciliação	ESMEC
28/11/2011	8h30m	Abertura da Semana de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua

DEZEMBRO

Data	Hora	Evento	Local
05/12/2011	9h	Encerramento da 1ª Etapa da Reestruturação do Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará com a presença da Excelentíssima Senhora Ministra Eliana Calmon – Corregedora Nacional de Justiça.	Auditório Pleno Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória
20/12/2011	16h	Inauguração 25ª JECC- Faculdade Farias Brito	Rua Osório Palmela,260 atras da Faculdade Farias Brito

13.2 Atividades diversas

Em 2011, foram providenciadas 125 passagens aéreas, que viabilizaram a participação de servidores e magistrados em reuniões, cursos e eventos de interesse do Judiciário nacional.

Ademais, esta Assessoria disponibilizou arranjos florais, serviço de *buffet* e equipamentos de som e imagem em eventos do TJCE, conforme segue:

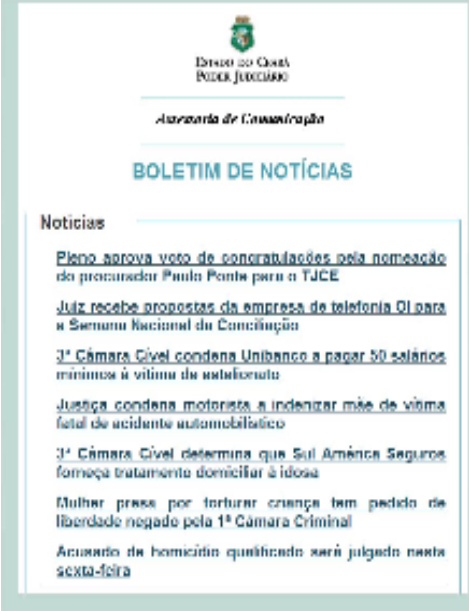
Serviço	Nº de eventos
Arranjos florais	111
Serviço de Buffet	63
Som e Imagem	20

14 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

A divulgação das decisões, eventos e atividades do Judiciário estadual é o objetivo prioritário da Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário do Ceará, que tem pautado as atividades conforme orientações da Presidência do Tribunal de Justiça e de acordo com a Resolução nº 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As recomendações do Conselho levam em conta "a crescente exigência da sociedade por uma comunicação de maior qualidade, eficiência e transparência, capaz de facilitar o conhecimento e acesso dos cidadãos aos serviços do Poder Judiciário". Nesse sentido, a equipe da Assessoria de Comunicação se empenha em buscar informações junto aos desembargadores, juízes e gestores, procurando, ainda, estreitar o relacionamento com a imprensa do Ceará, de outros Estados e com órgãos do Judiciário.

Boletim do Poder Judiciário



Para tanto, boletins com notícias do Judiciário são produzidos, diariamente, e publicados no portal do Tribunal (www.tjce.jus.br). Além disso, o material informativo é transmitido eletronicamente para 84 veículos de comunicação, como rádio, jornal, emissoras de televisão e sites.

No decorrer de 2011, a Assessoria de Comunicação produziu 2.029 matérias, cujo conteúdo tem sido bem aproveitado em noticiários locais, sites do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), emissoras de televisão e na Rádio Justiça.

Com a contratação de serviço especializado em clipagem de Rádio e TV, constatou-se que a Justiça cearense passou a ocupar mais espaço nos noticiários, totalizando 3.148 matérias veiculadas em rádio e televisão no ano de 2011, um aumento de 101% em relação a 2010, em que 1.568 matérias foram publicadas. Quanto às matérias divulgadas em jornais e sites pesquisados pela Assessoria, o aumento registrado foi da ordem de 77% (3.509 matérias em 2011 e 2.726 em 2010).

14.1 Clipping

Para acompanhamento das matérias que tratam do Judiciário do Ceará é realizada, diariamente, a leitura dos jornais O Povo, Diário do Nordeste, O Estado, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, além de 25 sites e blogs. O conteúdo é disponibilizado, fisicamente, para desembargadores, secretário geral, secretária judiciária e consultora jurídica.

De igual forma, o material é disponibilizado na intranet e enviado, por meio eletrônico, à Diretoria do Fórum da Capital, juízes, secretários e assessores. A avaliação qualitativa das matérias publicadas em jornais e sites é realizada, diariamente, pelo setor, tendo sido apurado, em 2011, que das 3.509 publicações, 1.116 foram positivas (32%); 2.194 (63%) neutras e 199 (6%) negativas.

A empresa AD2M faz a avaliação qualitativa do material divulgado em rádio e televisão. De acordo com os dados fornecidos pela empresa, das 3.148 matérias, 2.416 (77%) foram positivas; 333 (11%), neutras e 399 (13%), negativas.

14.2 Nova Intranet

Em 24 de maio de 2011, o novo layout da intranet foi implantado pelo Departamento de Informática, conforme solicitação desta Assessoria e com anuência do Secretário Geral. A nova página tem espaço para notícias de interesse público e dos servidores e magistrados. A proposta é melhorar o canal de comunicação interna.

Nova intranet do Tribunal de Justiça

14.3 Site

Novo site do Tribunal de Justiça

Atualmente está sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação a atualização de informações no site do TJCE, bem assim a avaliação de avisos publicados na intranet. Além disso, tem colaborado com a Secretaria de Tecnologia da Informação para o desenvolvimento contínuo do portal do TJCE.

14.4 Campanhas Institucionais

Com a finalidade de divulgar eventos e ações da Justiça estadual, a Assessoria cria campanhas institucionais voltadas aos públicos interno e externo. Em 2011, foram criadas 16 campanhas relacionadas a datas comemorativas, ao Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), mutirões realizados no Fórum Clóvis Beviláqua (financeiro, perícias de interdição e investigação de paternidade, pensão alimentícia e DPVAT) e ao Processo Eletrônico.

Ademais, foi produzida a logomarca do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, do Programa Justiça e Cidadania e do Ciclo de Palestras sobre Controle na Administração Pública.

14.5 Imprensa x Assessoria

A Assessoria de Comunicação mantém o link "Fale com a Assessoria de Comunicação" no portal do TJCE, buscando a presteza no atendimento à imprensa e a manutenção de um bom relacionamento. Em 2011, foram recebidos 639 e-mails por meio desse link.

A equipe da Assessoria se faz presente, ademais, nos eventos do Judiciário cearense, dando assistência à imprensa e organizando entrevistas no âmbito do Tribunal de Justiça e do Fórum Clóvis Beviláqua. Em 2011, fez a cobertura das solenidades de posse do presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa, (28/01); dos desembargadores Francisco José Martins Câmara, Váldsen da Silva Alves Pereira, Francisco Darival Beserra Primo, Francisco Bezerra Cavalcante, Inácio de Alencar Cortez Neto e Washington Luís Bezerra de Araújo (18/02); desembargador Carlos Alberto Mendes Forte (10/03); do desembargador Teodoro Silva Santos (29/04); do desembargador Carlos Rodrigues Feitosa (26/05); dos novos dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral (14/06); dos 19 integrantes do Órgão Especial (20/06) e da desembargadora Maria Iraneide Moura Silva (08/07).

14.6 Judiciário Notícias

A Assessoria de Comunicação produz jornal impresso, com periodicidade bimestral, contendo as principais noticias sobre o Judiciário. São produzidos 750 exemplares do "Judiciário Notícias" e distribuídos em todo o Poder Judiciário estadual: Tribunal de Justiça,

Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais, Corregedoria Geral da Justiça, Esmec, Juizados Especiais, Juizado da Mulher e nas comarcas do interior.

14.7 Revista Judiciário Em Foco

A revista "Judiciário em Foco" é produzida e editada, anualmente, por esta Assessoria. A proposta da publicação é apresentar as principais atividades desenvolvidas em todo o Judiciário estadual. A revista foi distribuída, ainda em 2011, contendo as principais ações durante o primeiro ano de gestão do desembargador José Arísio Lopes da Costa.

Revista Judiciário em Foco

14.8 Portfólio

Portfólio dos desembargadores

A Assessoria de Comunicação produz um portfólio contendo notícias publicadas nos jornais referentes aos desembargadores. O material é entregue encadernado a cada um, ao final da gestão.

15 ASSESSORIA INSTITUCIONAL

A Assessoria Institucional, composta pelos Departamentos de Gestão de Documentos e Editorial e Gráfico, foi criada através da Lei 14.813, de 14/12/2010 (D.O. 17/12/2010), com vistas ao desenvolvimento de ações institucionais voltadas para os elevados interesses do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, referentes à pesquisa, elaboração, revisão, seleção e editoração de obras jurídicas, bem assim guarda do acervo da biblioteca, mediante critérios técnicos, em especial do que apresente relevante valor histórico e cultural para o Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Trabalhando na perspectiva de fortalecer a Assessoria Institucional e produzir uma gestão cada vez mais eficiente e eficaz, apresenta-se, a seguir, as atividades desenvolvidas em 2011.

15.1 Criação da Editora

Foi instalada oficialmente, em 21 de Setembro de 2011, a Editora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com o lançamento da sua primeira publicação, o "Código de Divisão e Organização Judiciária", com uma tiragem inicial de 3.000 exemplares.

15.2 Conselho Editorial

Restou criado, por meio da Resolução nº 03/2011, o Conselho Editorial, que obteve importantes avanços em 2011, como a aprovação da primeira obra a ser publicada pela Editora do Tribunal de Justiça e a criação da logomarca a ser utilizada nas publicações realizadas pela Editora. Foram aprovados, outrossim, importantes projetos, como a publicação de obras inéditas e a reedição de outras.

15.3 Espaço Cultural

O Projeto de Implantação do Centro Cultural da Justiça (Memorial Clóvis Beviláqua) visa à criação de um espaço expositivo, interativo, aberto ao público, com atividades socioculturais, destinado a preservar, valorizar e difundir a memória institucional e histórica da Justiça no Ceará.

15.4 Retorno ao Arquivo

No ano de 2011, o planejamento e execução do retorno de todo o acervo do arquivo do Tribunal de Justiça e do Fórum Clóvis Beviláqua, que se encontrava em guarda externa, ficou sob a responsabilidade da Assessoria Institucional. Realizou-se uma modernização da infraestrutura, a fim de adequar as instalações desta Assessoria ao recebimento do antecitado acervo. Nesse ínterim, foram adquiridos arquivos deslizantes, permitindo o armazenamento de 55.000 caixas do tipo box.

15.5 Departamento de Gestão de Documentos

Composto pelas Divisões de Gerenciamento Eletrônico, de Arquivo e de Biblioteca, o Departamento de Gestão de Documentos, no decorrer de 2011, empenhou-se em alinhar a gestão documental do Tribunal de Justiça e do Fórum Clóvis Beviláqua ao Programa de

Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça através da Portaria n° 616, de 10 de Setembro de 2009.

Dentre as ações implantadas no referido ano, cumpre ressaltar:

- estudos, desenvolvimento, planejamento e coordenação das atividades relacionadas à organização técnica e administrativa de gestão documental;
- coordenação das atividades do grupo de trabalho de gestão documental, referentes ao recebimento e organização do acervo arquivístico do TJCE;
- catalogação de normas arquivísticas;
- elaboração de proposta para criação do Programa de Gestão Documental (PROGED) no âmbito do Poder Judiciário cearense e apresentação aos gestores do TJCE;
- elaboração de cartilhas com orientações sobre gestão documental;
- desenvolvimento de iniciativas de preservação da memória do Poder Judiciário;
- realização de procedimentos e de convênios com associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis com vistas ao aproveitamento do descarte referente as petições protocoladas e já digitalizadas no TJCE e no Fórum Clóvis Beviláqua.

Quanto aos resultados obtidos ao longo de 2011, destacam-se:

- reestruturação do acervo do Arquivo;
- aquisição de arquivos deslizantes para armazenamento do acervo do arquivo do Tribunal;
- modernização tecnológica para preservação da memória cultural.

a) Divisão de Gerenciamento Eletrônico de Documentos

A Divisão de Gerenciamento Eletrônico de Documentos tem suas atribuições previstas no art. 12-F, § 2º, inciso II, alínea *a* da lei 14.813), dentre as quais vale ressaltar a execução de tarefas de classificação, catalogação, reprodução, impressão, gravação eletrônica e guarda, em meio digital, dos documentos de interesse jurídico e histórico do Poder Judiciário.

No processo de virtualização, cabe a esta divisão a conferência de paginação, desmonte, higienização, digitalização e guarda do processo físico, ficando as atividades de indexação, migração e importação das imagens a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação.

As atividades empreendidas alinham-se às diretrizes estratégicas do Poder Judiciário do Ceará e têm como objetivo contribuir com a eficiência da prestação jurisdicional, destacando-se:

- montagem, instalação e composição de 04 Núcleos Móveis no Fórum Clóvis Beviláqua, que realizaram a digitalização de 3.105 processos;
- montagem, instalação e composição de 01 Núcleo Móvel no Tribunal de Justiça, o qual totalizou 741 processos digitalizados.

b) Divisão de Arquivo

A Divisão de Arquivo realizou diversas atividades e obteve importantes avanços ao longo do ano de 2011, dentre as quais elenca-se:

- recebimento e reorganização do arquivo do TJCE, com a realocação dos processos em novas caixas, com atribuição de nova numeração e etiqueta determinando assunto e tipo de documento;
- realização do processo de identificação das caixas;
- recebimento e reorganização das fichas financeiras dos Magistrados e Servidores, que se encontravam sob guarda externa (TCI), proporcionando maior celeridade na digitalização e praticidade na localização.

c) Divisão de Biblioteca

A Divisão de Biblioteca vem buscando melhorias nas condições de preservação e conservação do acervo, bem como na disseminação da informação, de maneira eficiente, aos usuários, executando as atribuições de catalogação, circulação do acervo e pesquisas.

No tocante a ampliação do acervo, foram inseridos 137 novos livros, 279 periódicos e 458 artigos. Quanto à circulação do acervo, ao longo de 2011 foram realizados 727 empréstimos, houve 315 devoluções e 286 consultas referentes a livros, jornais e através da internet.

Já em relação ao intercâmbio entre instituições foram recebidas 400 publicações, entre jornais, panfletos e obras diversas. Ocorreu também o envio de 750 exemplares da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Ceará e 250 exemplares do Código de Divisão e Organização Judiciária para todas as Comarcas do Interior, Tribunais dos Estados, Tribunais Superiores, Universidades Públicas e algumas Universidades Particulares.

Outras atividades realizadas no período são elencadas abaixo:

- renovação dos contratos da APADA e Siabi;
- incorporação das fitas de gravação das sessões de julgamento ao acervo da Biblioteca para posterior transferência para CD;
- reformulação da comunidades e coleções da Biblioteca Digital Jurídica (BDJUR), implantada em 2010.

15.6 Departamento Editorial e Gráfico

O Departamento Editorial e Gráfico realizou, no decorrer de 2011, 3.475.378 (três milhões quatrocentos e setenta e cinco mil trezentos e setenta e oito) impressões, incluindo Diários da Justiça Estadual; material de expediente; Código de Divisão e Organização Judiciária; Revista de Jurisprudência; Revista Themis; Jornais, apostilas, catálogos, calendários, agendas, folders, etc., bem assim trabalhos com gravação de CDs e DVDs.

Com a perspectiva de buscar a modernização e crescimento do Departamento, várias ações alinhadas ao Planejamento Estratégico do Judiciário foram implementadas, destacando-se: redimensionamento nas franquias; maximização da utilização dos insumos e implantação de uma sistemática de controle baseada na utilização de Ordens de Serviços.

Com o advento da Editora do Tribunal, além de precisão e qualidade, prima-se pela busca de uma modernização contínua, visando aparelhar cada vez mais e melhor a estrutura gráfica. Nesse sentido, os seguintes projetos encontram-se em andamento:

- Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos da gráfica;
- Locação de impressora multifuncional com sistema Bulk-Ink acoplado.

Ressalte-se que, ao longo de 2011, foram adquiridos novos equipamentos fundamentais a manutenção da qualidade dos trabalhos realizados, destacando-se a aquisição de novas estações gráficas, de uma máquina laminadora e plastificadora, de ferramenta que prepara o papel para o recebimento de espirais e uma fechadora manual para a espiral utilizada na confecção de agendas, livros etc. Além disso, foram firmados convênios com a Justiça Federal e com a Procuradoria Geral de Justiça referente aos serviços solicitados por estas.

15.7 Receitas e Despesas

Durante o exercício de 2011, o Departamento arrecadou um montante de receitas na ordem de R$ 689.449,78 (Seiscentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos.) provenientes dos serviços executados pelo Departamento, tais como, editais pagos da Justiça Estadual e Justiça Federal, convênios celebrados com a Justiça Federal e Procuradoria Geral da Justiça e serviços de impressões pagos.

As despesas atingiram o valor total de R$ 469.828,55 (quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos), referentes ao pagamento do contrato celebrado com a empresa COPYVIP. Resultou-se, assim, num *superávit* de R$ 219.621,23 (duzentos e dezenove mil seiscentos e vinte e um reais e vinte e três centavos), o que proporcionou um auxilio na compra de matéria-prima necessária à execução dos serviços realizados pelo Departamento Editorial e Gráfico.

16 ASSISTÊNCIA MILITAR

16.1 Competência da Assistência Militar

À Assistência Militar compete planejar, organizar, dirigir e controlar a segurança do Tribunal de Justiça e de outras instalações do Poder Judiciário de acordo com critérios do Chefe do Poder Judiciário.

16.2 Estrutura da Assistência Militar

a) Assistência Militar

- Assistente: Major PM Augusto Nirlando Monteiro Vieira

b) 3ª Companhia de Polícia de Guarda

- Comandante: Major PM José Durval Beserra Filho

c) 8ª Seção de Bombeiros do 1º Grupamento de Bombeiros

- Comandante: Tenente Coronel BM José de Melo Neto

16.3 Unidades Judiciárias apoiadas pelo Serviço de Segurança coordenado pela Assistência Militar do TJCE

Sede do Tribunal de Justiça; Corregedoria Geral da Justiça; Fórum Clóvis Beviláqua; Centro de Documentação e Informática; Creche Escola do Poder Judiciário; Escola de Magistratura do Estado do Ceará; - Fórum das Turmas Recursais; 25 (vinte e cinco) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza; Juizado Móvel (Centro) e Projeto Justiça Já.

16.4 Procedimentos Operacionais

Ações desenvolvidas com o apoio da 3ª Companhia de Polícia de Guarda e 8ª Seção de Bombeiros:

- Segurança do Excelentíssimo Senhor Desembargador José Arísio Lopes da Costa, Presidente do TJCE; Segurança do Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, Vice-Presidente do TJCE;

Segurança da Excelentíssima Senhora Desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, Corregedora Geral do TJCE;

- Segurança nas solenidades de posse dos novos desembargadores, ocorridas no Tribunal do Pleno;
- Segurança nos Órgãos Especiais, Câmaras Cíveis e Criminais e Conselho da Magistratura;
- Segurança em eventos: Júris (Fórum Clóvis Beviláqua), Semana da Conciliação (FCB e Unidades dos Juizados Cíveis e Criminais), Palestras e Seminários (ESMEC), e Confraternização de Magistrados;
- Coordenação do Curso Prático de Tiro e Manuseio de Pistola Cal.40, ministrado pela Casa Militar do Governo do Estado do Ceará a Desembargadores do TJCE, em novembro de 2011.

16.5 Procedimentos Administrativos e Operacionais em conjunto com a Comissão de Segurança Permanente

No exercício de 2011 restou criada, por meio da Portaria nº 884/2011 da Presidência do TJCE, de acordo com as normas da Resolução nº 104 de 6 de abril de 2010, do colendo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que trata da efetivação da segurança nas unidades judiciárias, especialmente naquelas que lidam com ações criminais, a Comissão de Segurança Permanente do TJCE, tendo como presidente o Desembargador Teodoro Silva Santos e como membros o Juiz de Direito Paulo de Tarso Pires Nogueira e o Maj PM Augusto Nirlando Monteiro Vieira, Assistente Militar do TJCE.

Dentre as ações efetivas pela Comissão de Segurança Permanente do TJCE, através da Assistência Militar, destacam-se:

- Realização de audiência pública no TJCE sobre o tema: "Segurança de Magistrados", com a participação do Desembargador José Arísio Lopes da Costa, Presidente do TJCE, do Desembargador Teodoro Silva Santos, Presidente da Comissão de Segurança Permanente, Juízes Diretores dos Fóruns das Comarcas de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte,

além de representantes das demais instituições e órgãos da segurança pública cearense;

- Vistoria em todas as dependências das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza/CE, bem assim em outras instalações que compreendem a estrutura do Poder Judiciário Estadual, no intuito de monitorar os riscos nas áreas de segurança policial e bombeirística;

- Solicitações junto ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, a fim de prover a segurança pessoal de cinco (05) magistrados de comarcas do interior do Estado e obter apoio na manutenção das atividades jurisdicionais dos respectivos Fóruns;

- Realização do serviço de segurança aproximada de sete (07) magistrados nas comarcas de Independência, Paraipaba, Tabuleiro do Norte, Aquiraz, Caucaia, Cariús e Acaraú.

Cumpre ressaltar que todas as ações fundamentaram-se nas disposições da versada Resolução n.º 104 do CNJ, que, em seu artigo primeiro, estabelece que "os Tribunais de Justiça, no âmbito de suas competências, tomarão medidas, no prazo de um ano, para reforçar a segurança das Varas com competência criminal". Tal reforço na segurança consiste no controle de acesso aos prédios com Varas Criminais; instalação de câmeras de vigilância; instalação de aparelhos detectores de metais e policiamento ostensivo nas varas Criminais e áreas adjacentes.

16.6 Operações executadas no Recolhimento de Armas

Foram recolhidas nas comarcas do interior do Estado do Ceará e nas Varas da Comarca de Fortaleza, ao longo de 2011, 14.525 (Catorze mil, quinhentos e vinte e cinco) armas, conforme demonstrativo:

Etapas	Quantitativo de Armas Destruídas
1ª Destruição	2.455
2ª Destruição	1.677
3ª Destruição	4.000
4ª Destruição	3.101
5ª Destruição/ Cadastramento	3.292

No comparativo com anos anteriores, podemos afirmar que, no exercício em referência, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará conseguiu recolher para destruição junto ao Exército Brasileiro um número acima do quantitativo recolhido no período 2000-2010:

Ano(s)	Total de Armas Recolhidas
2000	14
2001 – 2002	31
2003 – 2004	39
2005 – 2006	58
2007 – 2008	4.710
2009 – 2010	3.098
2011	14.525

Todas as fases da missão de recolhimento e destruição de armas junto ao Exército Brasileiro ocorreram de forma sigilosa e com segurança, de acordo com as determinações estabelecidas pela Assistência Militar e autorizadas pela Presidência do TJCE. Findou-se por recolher um número expressivo de armas de fogo e brancas das comarcas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, capaz de desafogar os locais da guarda das mesmas e restabelecer a tranquilidade aos serventuários das comarcas visitadas.

16.7 Atividades Operacionais desenvolvidas pelo Grupo de Segurança do Fórum Clóvis Beviláqua

Seguindo as diretrizes do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e as orientações da Assistência Militar, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Acompanhamento de Cumprimento de Mandados – foram executadas 279 (duzentas e setenta e nove) ações de auxílio aos oficiais de justiça, por

determinação judicial, no cumprimento de mandado, utilizando sempre dois (02) policiais do efetivo do Grupo de Segurança do Fórum Clóvis Beviláqua.

- Acompanhamento de audiências das Varas do Júri e dos plantões judiciais – realizou-se a segurança em 187 (cento e oitenta e sete) sessões de julgamentos e audiências, onde foram empregados de 01 (um) ou 02 (dois) policiais em cada, dependendo da solicitação do magistrado e/ou da quantidade de réus.

16.8 Ações desenvolvidas com o apoio da 8ª Seção de Bombeiros

Em consonância com as diretrizes da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e com o cronograma de atividades estabelecido pela Assistência Militar para o ano de 2011, a 8ª Seção de Bombeiros, unidade avançada do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará no âmbito do Poder Judiciário, ampliou sua área de atuação, no sentido de ratificar sua filosofia preventiva e continuar assegurando a integridade física dos Desembargadores, Magistrados, Serventuários, e usuários deste Poder, bem como de todas as instalações e edificações que compõem o TJCE. Durante o transcurso do ano sucederam-se as seguintes atividades:

- Podas de árvore em situação de iminente risco na sede do Palácio da Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua, nas Unidades de Juizado Especial, no C. D. I., no Fórum das Turmas Recursais e na Creche Escola Felisbela Benvindo Guimarães;

- Atuação preventiva de combate a incêndio e primeiros socorros nas Missas de Ação de Graças; solenidades de posse dos novos desembargadores; sessões do Órgão Especial, do Conselho da Magistratura e das Câmaras Cíveis e Criminais; Júris (Fórum Clóvis Beviláqua) e nos eventos: Semana da Conciliação (Fórum e Unidades dos Juizados Cíveis e Criminais), Palestras e Seminários (ESMEC).

17 FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

No período de fevereiro a novembro de 2011, a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua promoveu mudanças significativas nos serviços da primeira instância, visando ao fortalecimento da Justiça de 1º grau e ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. As ações priorizaram três eixos: modernização da estrutura do Poder Judiciário, capacitação profissional e valorização do jurisdicionado.

Foram indicados, pelo juiz Diretor do Fórum, José Krentel Ferreira Filho, os seguintes juízes auxiliares da Diretoria: Sérgio Luiz Arruda Parente (Varas Cíveis, de Família e de Sucessões), Paulo de Tarso Pires Nogueira (Varas da Fazenda Pública, de Recuperação de Empresas e de Falência, de Execução Fiscal e de Crimes Contra a Ordem Tributária e de Registro Público), Djalma Teixeira Benevides (Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), Eduardo de Castro Neto (Varas Criminais, de Delitos de Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes, de Execuções Criminais, de Corregedoria de Presídios, do Juízo Militar, de Penas Alternativas e Habeas Corpus, do Júri e do Trânsito), Rita Emília de Carvalho Rodrigues Bezerra de Menezes (Varas da Infância e da Juventude), João Everardo Matos Biermann (Setor de Distribuição do Departamento de Serviços Judiciais), Jane Ruth Maia de Queiroga, (Central de Conciliação de 1º Grau), Sílvia Soares de Sá Nóbrega (Ouvidoria) e Francisco Mauro Ferreira Liberato (Coordenadoria de Cumprimento de Mandados Judiciais).

17.1 Aprimoramento Jurisdicional

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua vem empreendendo esforços no sentido de aprimorar a prestação jurisdicional oferecida no âmbito da 1º instância da Capital. Para isso, desenvolveu, ao longo de 2011, diversas ações no intuito de dar maior celeridade ao trâmite processual e garantir pleno acesso à Justiça.

Uma das prioridades da atual gestão tem sido estabelecer canais permanentes de diálogo com magistrados, servidores do Poder Judiciário, advogados, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias do Estado e do Município, além de integrantes dos poderes Executivo e Legislativo e diversos setores da sociedade civil.

Por meio dessas parcerias, tem buscado oferecer melhores condições de trabalho e proporcionar maior conforto, segurança e eficiência a todos os usuários da Justiça.

17.2 Programa de Inovação e Modernização do Poder Judiciário

A Diretoria do Fórum esteve, durante o ano de 2011, empenhada em apoiar e viabilizar as ações previstas no Programa de Inovação e Modernização do Poder Judiciário, como a implantação do processo eletrônico e a reestruturação do prédio.

a) Virtualização

Até o mês de dezembro, 57 Varas da Capital já estavam operando com o Sistema de Automação da Justiça (SAJ): nove Varas da Fazenda Pública, seis Varas de Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, 18 Varas de Família, Vara de Execução Penal e Corregedoria de Presídios, cinco Varas da Infância e da Juventude e 18 Varas Criminais.

Também já estão funcionando com o sistema virtual setores técnicos, como: Núcleo de Apoio à Jurisdição (Psicologia e Serviço Social), Central de Conciliação, Contadoria, Perícia Médica, Leilões e Partilhas, Equipe Interdisciplinar de Adoção, Equipe Interdisciplinar de Manutenção de Vínculo, Equipe Interdisciplinar de Prestação de Serviço à Comunidade/Liberdade Assistida e Equipe Interdisciplinar de Privação de Liberdade.

Para favorecer a transição para o meio virtual, foi criado um Núcleo de Digitalização, responsável por converter os processos físicos (em papel) em arquivos digitais, atuando tanto no setor de Distribuição quanto nas próprias unidades judiciárias. Este núcleo apresenta uma média mensal de digitalização de 14.200 processos.

Ao longo do ano, foram realizadas várias reuniões com o objetivo de buscar adesões de órgãos e instituições ao sistema virtual. Ocorreram encontros, por exemplo, com representantes da Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza (AMC), para tratar da adesão da entidade ao peticionamento eletrônico, e com delegados da Polícia Civil, com o objetivo de adotar providências para a implantação do inquérito eletrônico.

Foi enviado também ofício aos titulares da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE) e da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado (Sejus), solicitando providências a fim de que as delegacias de polícia do Estado cumpram as ordens de execução de mandados judiciais assinados digitalmente.

O Projeto Sexta em Dia, desenvolvido pelo Grupo Gestor da Virtualização de 1º Grau em parceria com as secretarias Judiciária, Especial de Planejamento e Gestão e de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), promoveu a revisão e atualização dos dados processuais das Varas Criminais. Ao todo, mais de 50 mil ações que constavam indevidamente foram retiradas do Sistema Processual (SPROC).

Estudo realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e pelo Grupo Gestor da Virtualização de 1º Grau apontou que o sistema virtual permite reduzir em até 4,5 vezes o tempo de tramitação processual.

b) Projeto de Reestruturação

Noventa e oito Varas e 21 setores técnicos e administrativos do Fórum Clóvis Beviláqua ganharam novas instalações, até dezembro de 2011. O número representa cerca de 60% da área total. As intervenções abrangem o reordenamento dos espaços físicos do prédio, além de substituição do piso, forro, divisórias e instalação elétrica.

O objetivo é adequar o prédio à nova realidade do processo eletrônico, otimizar os espaços de modo a permitir a instalação de 40 novas Varas, assim como proporcionar maior acessibilidade, conforto e segurança a magistrados, servidores e usuários.

Com o andamento da reforma, foi possível também a instalação de novas agências do Banco do Nordeste, Bradesco e Caixa Econômica Federal, beneficiando todos que trabalham e transitam no Fórum.

17.3 Redução do Congestionamento de Processos

A Diretoria do Fórum apoia também as ações desenvolvidas pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, como a realização de mutirões, produção de sentenças e outros atos processuais, atualização de dados do Sistema Processual (SPROC), entre outros.

17.4 Cultura da Conciliação

Incentivar a cultura da pacificação social por meio de métodos consensuais de solução de conflitos é um dos compromissos assumidos pela Diretoria do Fórum. Exemplo disso foi o apoio oferecido às atividades desenvolvidas pela Central de Conciliação.

O Fórum Clóvis Beviláqua e unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais uniram esforços, de 28 de novembro a 02 de dezembro, para favorecer acordos entre as partes, durante a Semana Nacional de Conciliação, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça em parceria com tribunais de todo o País. Apenas na Comarca de Fortaleza, foram firmados e homologados 1.829 acordos. As unidades que alcançaram maior quantidade de conciliações tiveram seu empenho reconhecido, com a entrega de brindes oferecidos pela Associação Cearense de Magistrados.

17.5 Segurança

A Diretoria do Fórum adotou, ao longo do ano, providências para reforçar a segurança nas dependências do prédio e nas 20 unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Teve início a elaboração, juntamente com a Comissão de Segurança Permanente do Poder Judiciário, de um novo plano de segurança, com o objetivo de assegurar o policiamento ostensivo em todas as unidades e outras medidas preventivas.

Foram realizadas também reuniões com integrantes da Casa Militar, para tratar do reforço do efetivo policial nas instalações do Fórum e do auxílio ao cumprimento de mandados pelos oficiais de Justiça.

17.6 Instalação das Novas Varas de Execuções Criminais

Uma das prioridades da Diretoria do Fórum, durante o ano de 2011, foi viabilizar a instalação das duas novas Varas de Execuções Criminais. O espaço físico destinado às unidades foi finalizado e foram definidos os critérios para a redistribuição dos processos. Uma equipe de servidores e estagiários foi designada para digitalizar processos que ainda tramitavam em papel, entre outras providências necessárias à migração para o sistema virtual.

17.7 Melhorias no Entorno

A Diretoria do Fórum também esteve empenhada em obter melhorias no entorno do Fórum, beneficiando magistrados, servidores e usuários da Justiça. Foi realizado, por exemplo, encontro com integrantes do executivo municipal para tratar da manutenção dos canteiros centrais nas proximidades do prédio. A Diretoria manifestou, também, apoio à retirada de barracas e comércios informais no entorno do Fórum, recomendação feita pelo Ministério Público estadual ao Município de Fortaleza.

17.8 Oficiais de Justiça no Juizado da Mulher

Foram designados dois Oficiais de Justiça Avaliadores exclusivos para o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

17.9 Instalação de Novas Unidades dos Juizados Especiais

A Diretoria do Fórum participou também do processo de planejamento da implantação dos novos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, previstos na Lei estadual nº. 14.407/2009. A primeira dessas unidades já foi inaugurada, no último dia 20 de dezembro, na Faculdade Farias Brito.

17.10 Serventias Extrajudiciais

A Diretoria do Fórum instituiu, por meio da Portaria nº 1007/2011, Grupo de Trabalho para acompanhar a transmissão da titularidade e dos acervos do 6º Ofício de Imóveis, 1º Ofício de Notas, 9º Ofício de Notas e Registro Civil da 3ª Zona, todos da Comarca de Fortaleza, aos aprovados em concurso promovido pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A medida teve como objetivo assegurar o princípio da continuidade administrativa, resguardando a regularidade dos serviços notariais e de registro durante a transmissão.

17.11 Balanço Setorial

a) Departamento de Serviços Judiciais (Desjus)

O Departamento de Serviços Judiciais mantém serviços de contato direto com os jurisdicionados, tais como Serviço de Protocolo, Serviço de Distribuição, Seção de Certidões, além da Seções de Malotes, Depósito Público, Contadoria, Leilões e Partilhas e Arquivo.

O Serviço de Protocolo**,** responsável pelo recebimento e encaminhamento de documentos, de janeiro de 2011 a novembro de 2011, protocolizou 363.336 (trezentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e seis) documentos.

A Seção de Malote entregou, no período de janeiro a novembro do corrente ano, o total de 259.398 (duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa e oito) documentos.

A Seção de Certidões expediu, de janeiro a novembro de 2011, 93.465 (noventa e três mil, quatrocentas e sessenta e cinco) certificações de antecedentes criminais, distribuição de ações de natureza cível, principalmente as de Falência, Concordata e Recuperação Judicial.

A Seção de Contadoria realizou cálculos de atualização monetária e subscreveu processos de habilitação de casamentos, no período de janeiro a outubro de 2011.

A Seção de Leilões e Partilhas**,** chefiada pelo partidor e leiloeiro judicial, promove as Hastas Públicas e prepara as partilhas determinadas pelos juízos competentes. As referidas hastas são realizadas às quartas-feiras, em local público, havendo ou não arrematante. O desempenho desta Seção, no corrente ano, foi de 67 partilhas judiciais e 50 manifestações/informação do partidor.

A Seção de Depósito Público garante a guarda de bens apreendidos e encaminhados pelos magistrados até que seja decidida sua destinação final.

A Seção de Arquivo**,** que atualmente passa por reformulações decorrentes da virtualização de todo o acervo processual da Justiça Cearense, no período de janeiro a novembro deste ano, desarquivou 6.710 (seis mil, setecentos e dez) processos de matérias diversas.

Com a centralização do Arquivo Forense, o Fórum Clóvis Beviláqua já recebeu cerca de 50.000 (cinquenta mil) caixas do acervo total de 67.000 (sessenta e sete mil) que foram entregues para fins de guarda e digitalização externa à empresa TCI. Para o acondicionamento desses processos, também está sendo usado o prédio da antiga Secretaria de Administração do Estado – SEAD.

O número de processos repostos para as caixas originais totalizou o montante de 4.800 (quatro mil e oitocentos) feitos. Quanto às Certidões Vintenárias, foram emitidas 180 (cento e oitenta) certificações de janeiro a novembro de 2011.

b) Departamento de Informática (Depin)

Ao longo do ano de 2011, o Departamento de Informática desenvolveu ações voltadas ao aprimoramento dos sistemas utilizados pelas diversas Varas e setores administrativos do Fórum Clóvis Beviláqua, bem como prestou apoio à implantação do processo eletrônico na Comarca de Fortaleza.

Treinamentos, auxílio aos setores administrativos e judiciais, instalação e manutenção de equipamentos, atendimento aos usuários, são exemplos das atividades desempenhadas pelo Departamento, contribuindo de maneira direta ou indireta para o desenvolvimento do Judiciário Cearense.

Relação das principais atividades:

- Configuração e gerenciamento de perfis de usuários nos sistemas utilizados no Foro da Capital;
- Migração de dados dos sistemas legados ao sistema de processo eletrônico - SAJ;
- Apoio na implantação do sistema de processo eletrônico – SAJ nas unidades judiciárias e setores do Fórum Clóvis Beviláqua;
- Elaboração de Manuais relativos aos sistemas instalados;
- Apoio ao Setor de Distribuição no controle e digitalização de peças processuais apresentadas em papel;
- Participação na criação do Núcleo de Digitalização, sob responsabilidade do Departamento de Serviços Judiciais;
- Participação na criação do Núcleo de Digitalização Móvel, sob responsabilidade da Assessoria Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- Distribuição dos certificados digitais aos senhores magistrados e servidores;

- Criação de aplicação que possibilita a emissão de capas com código de barras para petições de acompanhamento apresentadas ao Setor de Protocolo;
- Sistema de Frequência;
- Desenvolvimento e implantação da nova Intranet do Fórum Clóvis Beviláqua;
- Implantação dos certificados digitais.

c) Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (Deseg)

O Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza é responsável pelos seguintes setores: Manutenção, Patrimônio, Zeladoria, Almoxarifado e Transporte. São realizados diariamente serviços, como: telefonia e rede; carpintaria; pintura; oficina e manutenção das centrais de ar condicionado; limpeza; acompanhamento de contratos, de processos de compra, de solicitações de serviços e materiais; controle de bens móveis; entre outros.

d) Departamento de Administração (Dead)

O Departamento de Administração é formado pelo Centro de Treinamento Integrado, Seção de Pessoal, Seção de Pagamento, Núcleo de Estágio e de Terceirizados. O setor desenvolveu suas atribuições buscando o aperfeiçoamento e a celeridade no atendimento de magistrados, servidores e jurisdicionados, a redução dos custos e a excelência dos serviços.

e) Centro de Treinamento Integrado (CTI)

O Centro de Treinamento Integrado do Fórum ministrou, de janeiro a dezembro de 2011, 76 treinamentos, totalizando 820 horas/aula, beneficiando 1.954 servidores. O setor desenvolveu também os projetos Supletivo de Ensino Médio, o Fórum mais próximo da sociedade e Qualidade de vida no trabalho, além dos eventos Bazar do Dia das Mães, Dia do Servidor Público e Semana Natalina.

f) Central de Conciliação

A Central de Conciliação realizou, ao longo do ano, os seguintes mutirões: Mutirão "Conciliar também é seguro!" com ações do Seguro DPVAT, com 1.100 acordos; Mutirão “Somando Esforços, Multiplicando Soluções” com ações do Banco Bradesco, com

141 acordos; Mutirão "Somando Esforços, Multiplicando Soluções" com ações do Banco Itaú, com 151 acordos; Mutirão “Porque cuidar é legal”, com 400 perícias de interdição;Mutirão “Reconhecendo vínculos – Paternidade é questão de dignidade” com 309 ações de reconhecimento de paternidade solucionadas; Mutirão de “Afinal de contas, somos família”, com 468 acordos em ações de execução de alimentos; Mutirão Financeiro com ações do Itaú/Unibanco e Panamericano, com 252 acordos.

Foi realizado também o V Seminário de Conciliação, com o tema “Com a CONCILIAÇÃO você sempre ganha...Ganha algo precioso... Você ganha TEMPO”, que contou com a presença de 188 participantes.

De 28 de novembro a 2 de dezembro, durante a Semana Nacional de Conciliação, a Central de Conciliação, em parceria com o Grupo de Auxilio para Redução do Congestionamento dos Processos Judiciais, agendou 1088 audiências. A Central alcançou o terceiro melhor desempenho dentre as capitais, segundo informação veiculada na página oficial do Conselho Nacional de Justiça na internet.

g) Coordenadoria de Cumprimento de Mandados Judiciais (Coman)

No período compreendido entre janeiro e novembro de 2011, a Coordenadoria de Cumprimento de Mandados recebeu 113.753 (cento e treze mil, setecentos e cinquenta e três) mandados judiciais. Desse total, apenas 6.549 (seis mil quinhentos e quarenta e nove) mandados judiciais encontram-se em aberto, o que representa uma taxa de descongestionamento de 94,24%.

h) Ouvidoria

A Ouvidoria recebeu, no período, pedidos de informações, reclamações, sugestões, elogios e críticas, no totalizando 1.905 (mil novecentos e cinco) manifestações, todas encaminhadas para os setores e órgãos responsáveis, com solicitação de providências no que concerne às reclamações.

i) Telejustiça

Em 2011, até o mês de novembro, o Telejustiça contabilizou 369.205 atendimentos, um crescimento de 5,96% no número de pessoas atendidas em relação ao ano anterior. Este

incremento deveu-se a uma maior procura de informações, principalmente durante os mutirões.

j) Segurança

O Grupo de Segurança efetuou as seguintes atividades: 271 (duzentas e setenta e uma) ações de auxílio a oficiais de justiça, por determinação judicial, no cumprimento de mandados; 132 conduções de presos ou menores/adolescentes; Apoio ao Plantão Judicial e Urgência (cumprimento de mandados); 40 atendimentos de ocorrências; acompanhamento de 187 (cento e oitenta e sete) sessões de julgamentos e audiências; rondas internas contínuas.

Em cumprimento a determinação do Conselho Nacional de Justiça, as armas vinculadas a processos que se encontravam sob os cuidados do Grupo de Segurança do Fórum e das Comarcas do Interior do Estado foram devidamente catalogadas, chegando a serem destruídas 14.525 (catorze mil quinhentas e vinte e cinco) armas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO CEARÁ

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Avenida General Afonso Albuquerque Lima s/n
Cambeba - Fortaleza/Ceará - Cep.: 60822-325
Telefone: 3207.7000
www.tjce.jus.br